



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA — UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE — FACS

Produção de sentido e subjetividade
em crianças vítimas de violência física
intrafamiliar

BRUNA DE CARVALHO CAPOBIANCO RIBEIRO

Brasília – DF

Junho/ 2007.

BRUNA DE CARVALHO CAPOBIANCO RIBEIRO

Produção de sentido e subjetividade
em crianças vítimas de violência física
intrafamiliar

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de Psicologia do
Centro Universitário de Brasília –
UniCEUB. Professor orientador Dr.
Fernando Luis González Rey.

Brasília – DF, Junho/ 2007.

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO: PSICOLOGIA

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

A Menção Final obtida foi:

Brasília/DF, Junho de 2007

*“Nada lhe posso dar que já não
exista em você mesmo. Não posso
abrir-lhe outro mundo de imagens,
além daquele que há em sua
própria alma. Nada lhe posso dar
a não ser a oportunidade, o
impulso, a chave. Eu o ajudarei a*

*tornar visível o seu próprio
mundo, e isso é tudo.”*

(Hermann Hesse)

AGRADECIMENTOS

Ao preparar esta monografia, busquei informações nos trabalhos de alguns profissionais destacados na área, o que me ajudou muito para a construção de conhecimento produzido nesse estudo. Enxergo esse trabalho como um marco final de uma etapa essencial de minha vida, da qual, sem dúvida, contribuiu significativamente na minha constituição subjetiva enquanto ser humano. Irei sempre me lembrar com enorme carinho e satisfação esses cinco anos de aprendizado, da psicologia enquanto ciência e área de conhecimento, mas principalmente, da psicologia enquanto compreensão da vida e do ser humano dentre todas as suas características fascinantes que a mim foram apresentadas

A essa oportunidade, agradeço principalmente aos meus pais, minha irmã e avós pela atenção e dedicação que tiveram comigo no decorrer dos anos, pelo esforço que fizeram para que conseguisse alcançar esse objetivo, e por acreditarem sempre em minha capacidade e compromisso com os estudos e a vida.

Aos mestres Virgínia Turra, Valéria Mori, Suzana Joffily, Morgana Queiroz, Leonor Bicalho, José Bizerril, Maurício Neubern, Otávio Abreu, que fizeram parte de minha jornada como estudante, pela sabedoria e conhecimentos transmitidos, fundamentais na minha formação. E em especial, ao mestre Hiran Valdez (*in memoriam*) que foi quem mais me transmitiu conhecimento não só de psicologia, mas de vida, por ter me dado a oportunidade de experienciar um trabalho tão especial e certamente, fundamental para minha formação enquanto profissional e enquanto pessoa, que me trouxe aprendizados valiosos, que foi o trabalho que desenvolvi por cerca de três anos na área da Psicologia Social e Comunitária, obrigada....muita saudade!

Ao mestre Fernando González Rey, orientador deste trabalho, pela clareza, sabedoria imensa e fascinante e compreensão imprescritíveis. Por ter me apresentado sua teoria, que nesses cinco anos foi a que mais profundamente me identifiquei, e me interessei enquanto visão de homem e de mundo. Muito obrigada!

Aos amigos, que a princípio eram acadêmicos, mas que com o tempo, convivência e experiências compartilhadas, tornaram-se amigos para toda a vida. Entre eles, em especial, Luísa Freitas, Luana Caetano, Mariana Azevedo, Lorena Alves, Lígia Nobre,

Maritza Luz, Priscila Ohana, Ana Carolina Lopes, Carolina Galli, e a todos os demais colegas e companheiros de trabalhos, pelos momentos vividos na graduação, pelo incentivo e amizade. E aos amigos de longa data, que sempre que possível estiveram presentes, e que certamente contribuíram significativamente na minha formação como pessoa, muito do que sou hoje vem de vocês, e das inúmeras experiências que juntos vivenciamos, meninas muito obrigada! Amo vocês!

À Instituição Promovida pelo espaço proporcionado a esta pesquisa, a sua equipe de colaboradores, e em especial a coordenadora do local, Irmã Denise, pelo apoio, carinho e interesse em nosso trabalho. Pela troca que obtive nos três anos desenvolvendo trabalhos nessa instituição com todas as pessoas que lá em algum momento estiveram presentes, e principalmente, com as crianças, que me ensinaram a importância do afeto, e que a cada dia, reforçavam minha crença de que não há diferenças, de nenhum tipo. Lindas, muito obrigada!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
1.1 – Violência e Violência física intrafamiliar contra crianças.....	11
1.2- Histórico da violência contra a criança.....	19
1.3-Críticas às definições universais do abuso.....	22
1.4-Subjetividade, Sentido Subjetivo e Violência.....	28
1.5- Problemas e objetivos.....	33
CAPÍTULO II- METODOLOGIA DA PESQUISA	
2.1-Fundamentação metodológica.....	34
2.2-Descrição dos instrumentos utilizados.....	39
2.3-Sujeitos pesquisados.....	43
2.4-Cenário de pesquisa.....	45
2.5- A importância do Estudo de Caso.....	47
CAPÍTULO III- CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO	
3.1- Estudo de Caso I.....	49
3.1.1- Discussão dos resultados / Unidades de Análise.....	50
3.1.2- Primeiro Instrumento.....	50
3.1.3- Segundo Instrumento.....	58
3.1.4- Terceiro Instrumento.....	59
3.2- Estudo de Caso II.....	62
3.2.1- Discussão dos resultados / Unidades de Análise.....	64
3.2.2- Primeiro Instrumento.....	64
3.2.3- Segundo Instrumento.....	68
3.2.4- Terceiro Instrumento.....	69
Considerações Finais.....	73
Referências Bibliográficas.....	78
Apêndices.....	80
Anexos.....	81

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a abordar as implicações da subjetividade, analisando os diferentes sentidos subjetivos associados à experiência de violência física intrafamiliar em crianças distintas, como também, produzir uma maior inteligibilidade ao tema da violência infantil. Para tanto, utilizou-se de dois estudos de caso, a respeito de duas crianças do sexo masculino, abusadas fisicamente dentro de seus contextos familiares as quais traziam com suas experiências, um rico repositório de material para a análise pretendida. Para alcançar os objetivos estabelecidos neste trabalho, dividiu-se a pesquisa em três capítulos. O primeiro corresponde à parte teórica do trabalho, e se subdivide em quatro partes. Na primeira parte é feita uma leitura do fenômeno da violência em nosso país, sua banalização e a questão da violência intrafamiliar, buscando compreender o sujeito vítima de abuso no contexto familiar e extrafamiliar. Em seguida, é abordado o histórico da violência infantil desde os primórdios, e como se configurou a visão da infância no contexto sócio-cultural, em algumas civilizações do mundo e no Brasil. Na terceira parte é desenvolvida uma leitura crítica a respeito das definições universais do abuso, dentre todas as suas manifestações, buscando estabelecer uma visão ampla sobre o tema, sem tender a determinismos e reducionismos, levando em consideração as implicações culturais do meio em que as crianças estudadas vivem. Por fim, é feita uma exposição da Teoria da Subjetividade, na perspectiva histórico-cultural, adotada por Fernando González Rey, que serviu como base teórica desse estudo. O segundo capítulo refere-se à fundamentação metodológica utilizada nesta pesquisa, por meio de pesquisa qualitativa, que leva em consideração a subjetividade do ser individual e único a qual propicia ao pesquisador questionar a respeito das vertentes que separam o sujeito do objeto, o individual e o social. O terceiro capítulo apresentou o corpo da pesquisa, com a análise construtiva-interpretativa dos dois estudos de caso, a qual prioriza o estudo dos aspectos subjetivos constituintes nos sujeitos pesquisados, configurando-se também como ponto importante a ser estudado no curso da pesquisa. A proposta é promover uma maior inteligibilidade a respeito do assunto abordado e dialogar com os profissionais do ramo e com a sociedade sobre os resultados encontrados na pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: violência, infância, família e subjetividade.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir o impacto da violência física praticada contra crianças no contexto intrafamiliar à luz da Teoria da Subjetividade proposta pelo Dr. Fernando González Rey. E por meio de dois estudos de caso analisar qual o sentido subjetivo que a criança vítima do abuso físico irá produzir frente a essa vivência, e de que maneira e proporção essa experiência trará conseqüências, podendo ser estas positivas ou negativas, para a constituição dessas crianças enquanto sujeito.

O foco do trabalho é nas crianças vitimizadas, e não nos abusadores. O estudo não está centrado nos possíveis motivos que levam os abusadores a ter comportamento violento diante seus filhos. Pretende-se buscar uma maior compreensão de como é para uma criança em fase de desenvolvimento cognitivo, psicológico e emocional, em vez de receber afeto deles, sejam esses biológicos ou não, ser violentada por seus pais, muitas vezes diariamente. Além disso, busca-se analisar se há violência e afeto concomitantes e, dessa forma, como as crianças se colocam frente a essa realidade, o que pode ocasionar uma produção de sentido contraditória.

A análise levará em consideração a subjetividade individual das crianças, assim como os aspectos culturais e sócio-econômicos da comunidade em que as crianças residem, tendo em vista que a violência deve ser estudada e avaliada de acordo com cada cultura, e não seguindo padrões universais. Conforme explica Gonçalves (2003, p. 102-103): “Ao se compreender cada ato na cultura que o sustenta e o produz, vê-se que o fenômeno da violência torna-se mais complexo, e fica demonstrada a ineficácia em tentar fazê-lo linear..”. Nesse sentido, a pesquisa pretende estudar o fenômeno da

violência física buscando uma compreensão mais subjetiva sem tender a reducionismos e determinismos.

O trabalho não pretende rotular as crianças que sofrem o abuso físico como vítimas com uma conotação negativa, visto que o objetivo é tentar descobrir justamente como elas se colocam frente a esse abuso, sendo possível que, tendo em vista os fatores sociais e culturais e sua subjetividade individual e social, possam aparecer sentidos subjetivos que a criança não vivencia de forma negativa em relação ao abuso padecido. Como coloca Gonçalves (2003, p. 117-118): “A primeira implicação é que se deve abrir mão de definições universais do abuso, visto que um ato só se torna abusivo e só traz prejuízos para a criança se a cultura específica lhe confere significação negativa. Assim, qualquer definição universal deve antes submeter-se ao crivo particular do grupo social em estudo.”

Dessa forma, serão analisadas a presença da violência de maneira geral na comunidade, e a relação que as famílias das crianças estudadas e elas próprias estabelecem com essa violência. Os sujeitos estudados são alunos de uma instituição de apoio social e psicopedagógico, localizada na Região administrativa de São Sebastião, Distrito Federal. Esta análise tem por intuito ver em que grau a violência está banalizada nesse contexto social, e para os sujeitos em questão, visto que essa comunidade possui um histórico relativamente grave em relação a índices verificáveis de violência.

A grande maioria dos trabalhos realizados a respeito dessa temática tende a determinismos, e se sustenta em conclusões universais, negando a existência do sujeito e suas particularidades, assim como a cultura em questão. Eles chegam a conclusões diretas, afirmando, por exemplo, que a criança que sofre abuso físico tende a se tornar

um adulto violento, e logo, repetir a violência com seus próprios filhos. Muitas teorias defendem que um dos efeitos da violência em família é a produção do jovem delinqüente, pois aquela criança que é violentada dentro de seu contexto intrafamiliar, possui grandes chances de se tornar um marginal e assim contribuir com o aumento do índice de criminalidade.

Para Alexander et al (1991, citado em Gonçalves 2003), “o comportamento violento não se reproduz mecanicamente de geração para geração; as experiências vividas na infância colocam a criança em contato com um quadro geral de valores cujo significado é simbólico, excede o observável e não se restringe à referência comportamental, seria necessário observar ainda, em seu entender, que o quadro de valores tanto pode ser acatado como avaliado e refutado na vida adulta.”

Portanto, as crianças serão pesquisadas dentro do cenário social em que transitam enquanto sujeitos constituídos de subjetividade, a qual exerce significativa influência na maneira como elas se colocam frente à violência recebida.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

Violência e violência física intrafamiliar contra a criança:

A violência é um fenômeno presente na humanidade desde os primórdios, porém a consciência e a intolerância a ela são fenômenos recentes, de acordo com Gonçalves (2003). Em contrapartida, cada vez mais a banalização da violência tem crescido juntamente com suas ocorrências dentre todas as suas manifestações. A realidade brasileira esta permeada por esse fenômeno. Exemplo disso são as guerras civis, o tráfico de drogas e armas e os atos de violência que ocorrem, muitas vezes em silêncio, dentro dos lares, independentemente da condição social das famílias.

A banalização da violência sob meu ponto de vista, diz respeito à naturalização desse fenômeno, já que a sociedade passa a enxergar a violência como algo natural, e até em algumas situações, aceitável, diante das inúmeras e crescentes manifestações desta. Esse processo de banalização se relaciona com a subjetividade social, pois seus fenômenos, na medida em que se institucionalizam, passam por um processo de naturalização, tornando-se realidades que se antecipam e se impõem aos sujeitos das relações concretas presentes em um espaço social, como nos coloca González Rey (2004).

O termo banalização da violência também é compartilhado por Maria Araújo (2002), quando a mesma aponta que a temática “violência” já conquistou a inércia da sociedade, que se vê impossibilitada de resolver esse problema, cada vez mais presente em todas as suas camadas. Para a autora, a violência, nesse caso, passa a ser vista como natural, restando aos que são afetados aprender a conviver com ela.

Atualmente, busca-se saber o que tem causado um crescimento considerável do uso da violência para conquistar o que é desejável. Causas econômicas, culturais ou sociais são apontadas como fatores que contribuem para o aumento da violência, porém, não devem por si só explicar esse fenômeno (Araújo, 2002). Fatores estruturais e conjunturais devem ser levados em consideração, de acordo com a autora. Os primeiros fatores se relacionam às transformações ocorridas nos campos econômico e social, assim como suas influências na sociedade. Já os conjunturais, dizem respeito à ausência de medidas políticas que devolvam e promovam uma certa ordem social.

O fato é que a sociedade brasileira possui um histórico permeado por violência, em todas as suas formas. Além do fato de que, somada a esse fato, a violência foi e ainda é utilizada para a contensão dela mesma. Sendo assim, muitas vezes é normal que as pessoas usem a violência para combater um outro ato violento.

Dentre os muitos conceitos atribuídos ao termo violência, destacamos os apresentados por Marilena Chauí (1985). Ela define violência tendo por base dois enfoques que se completam. No primeiro, a violência é apresentada como “conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão”. O segundo enfoque destaca a violência como a “ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa”. Na violência infantil, esses dois conceitos são observados, visto que a criança que sofre a violência - seja ela de natureza física, sexual, psicológica ou a negligência - pode estar dentro de uma relação hierárquica desigual, na qual se estabelece a exploração, a dominação e a opressão, na medida em que é tratada como objeto, e não como sujeito, portador de emocionalidade.

Foi em 1961, nos Estados Unidos, que o fenômeno da violência doméstica explodiu nesse país e em todo o mundo, quando Kempe – presidente da academia americana de Pediatria – organizou uma conferência sobre o assunto. Nessa mesma época, ele juntamente com Silverman e Steele publicam um artigo intitulado *The Battered Child Syndrome*, e esse artigo marcou o uso do Modelo Médico, o qual enfatizava a patologia dos pais abusivos. De acordo com esse modelo, os pais que abusavam de seus filhos eram considerados responsáveis isolados dos ferimentos e lesões encontradas nas crianças, e eram tipificados como imaturos, sexualmente promíscuos, usuários de drogas e psicopatas.

Seguindo esse raciocínio, de acordo com Gonçalves (2003), outros estudos sustentavam que essas características acima citadas e a patologia dos pais eram os fatores que justificavam a agressão por eles exercida contra seus filhos, na medida em que identificavam os pais agressores como portadores de características psicopatológicas.

Estudiosos de outras áreas, como a sociologia e a psicologia, passaram a questionar esse raciocínio médico, com suas conclusões de cunho psicopatológico, na medida em que atribuíram ao stress uma possível causa do comportamento violento. De acordo com Gonçalves (2003), o stress estaria sendo gerado devido a uma má qualidade de vida, decorrente da pobreza e do desemprego. Contudo, com isso não tinham a intenção de estabelecer uma relação direta entre o abuso e a pobreza, mas sim de estabelecer o vínculo existente entre a violência doméstica e os fatores sociais mais amplos.

Nesse sentido, com o tempo e com o crescimento do interesse em relação a esse assunto e do número de pesquisas e estudos a ele relacionados, foi sendo estabelecida uma compreensão mais abrangente do fenômeno do abuso contra a criança e de suas

possíveis causas e conseqüências. A questão sócio-cultural passou a ser considerada como um fator de forte influência no que diz respeito à violência infantil intrafamiliar.

A violência contra a criança atualmente é classificada em: violência física, sexual, psicológica e negligência. A violência doméstica ou intrafamiliar é quando uma, ou mais de uma dessas formas de violência ocorre no âmbito da família da criança e o abuso é praticado pelos pais da mesma. O conceito de violência física ainda é de difícil definição, contudo existe um certo consenso conceitual de que violência física representa concretamente o uso de força física de maneira excessiva e inapropriada, de acordo com Ferrari e Vecina (2002). Azevedo Guerra (1998) define violência doméstica da seguinte maneira:

A violência doméstica contra crianças e adolescente representa todo ato ou omissão praticada por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e / ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e / ou psicológico à vítima- implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e , de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (p:32-33).

O abuso físico é um tema freqüente em nossa sociedade, e ocorre em todas as classes sociais. Entretanto, freqüentemente, tem-se a impressão, errônea de que a violência Intrafamiliar tem incidência, sobretudo, em famílias de baixa renda. No entanto, isso se deve ao fato de a violência nessas famílias ser mais divulgada, por essas acionarem os serviços públicos como forma de defesa e denúncia. Dos milhares de

casos que ocorrem por todo o mundo, apenas alguns são trazidos à tona, mostrando que a revelação da experiência pode ser muito mais difícil do que parece. Isso pode se dar ao fato de que, na grande maioria das vezes, o abusador é um parente ou um amigo da família da vítima, estando assim muito próximo.

Segundo Ferrari e Vecina (2002), essa proximidade pode levar a três vertentes: a primeira, defende que o abusador pode ameaçar a vítima se ela contar o que aconteceu a alguém; a segunda que a vítima tenha algum sentimento de carinho ou mesmo amor pelo abusador; e a terceira, que pode haver uma lei de silêncio na família (geralmente quando se trata de abuso sexual).

Percebe-se, dessa forma, que pode existir nessas relações a dominação, o poder, a autoridade, a influência e além disso, o afeto. A criança ao ser abusada está sendo desrespeitada como sujeito, tendo seus direitos violados muitas vezes por pessoas que deveriam protegê-la. A criança que é abusada dentro de sua própria família muitas vezes foge de casa tendo de viver em abrigos ou na rua, e neste caso, ela passa a ser vítima de outros tipos de violência, tendo de buscar outros meios de subsistência.

Sousa e Silva (2002, citado em Ferrari e Vecina 2002), mostram as estatísticas da época dos casos de violência contra crianças no seguinte trecho:

Três entre dez crianças de zero a doze anos sofrem, diariamente, algum tipo de maus-tratos dentro da própria casa, perpetrados por pais, padrastos ou parentes. Violência que muitas vezes não é identificada nem por quem está próximo, tampouco pelos profissionais (médicos, professores etc.) que têm contato com a criança (p: 73).

De acordo com Minayo (1994), na segunda metade do século XX, a violência foi qualificada como “O Mal do Século”, e apontada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um fenômeno endêmico, responsável por significativo percentual dos gastos do sistema internacional de saúde. Segundo Gonçalves (2003), essa preocupação com o crescimento endêmico da violência se baseia em dois pressupostos, diretamente relacionados à violência contra a criança. O primeiro supõe que a criança vítima do abuso físico tem grande possibilidade de transformar-se em um adulto violento, que abusará também de seus próprios filhos. O outro pressuposto diz respeito à idéia de que a violência em casa contribui para o crescimento dos índices de criminalidade, pois a violência com a qual a criança se habitua em casa pode ser posta a serviço do cometimento de crimes e delitos.

Ferrari e Vecina (2002) referem-se ao fato da denúncia ser uma importante arma contra a violência intrafamiliar, uma vez que, a partir da denúncia, tem-se a possibilidade de intervenção e tratamento não só das vítimas, mas de todos os membros envolvidos.

Para dar uma maior inteligibilidade ao tema de a violência intrafamiliar, faz-se necessário uma leitura sobre a instituição familiar, seus conceitos e sua influência na constituição da personalidade da criança enquanto sujeito. É necessário que se tenha uma compreensão histórico-psicossocial do indivíduo e da família para que se tenha um maior entendimento da violência intrafamiliar.

O conceito de família foi se modificando ao longo dos anos. Como coloca Ferrari e Vecina (2002), de um modelo no qual a responsabilidade era apenas de transmissão da vida, com o passar do tempo, a família assumiu um outro modelo no qual se valorizava a intimidade e a necessidade de uma identidade, sendo responsável pela transmissão de

valores e conhecimentos. Hoje, a família pode ser definida como uma instituição que ocupa um lugar intermediário entre o indivíduo e a sociedade, caracterizada por sua intimidade, organização e dinâmica próprias, na qual se compartilham circunstâncias históricas, culturais, sociais, econômicas e afetivas (Ferrari e Vecina, 2002).

Segundo González Rey (2004), a família é um elemento fundamental na promoção da saúde humana, pois nela se forma a personalidade dos mais novos, como também é em seu âmbito que primordialmente se desenvolve a educação afetiva da criança, sendo que é um cenário permanente de produção subjetiva. González Rey (2004), fala sobre as relações afetivas da criança dentro da família, no trecho abaixo:

A criança aprende a expressar seu afeto quando o recebe, sendo os relacionamentos familiares uma fonte permanente de desenvolvimento das emoções humanas. A vida emocional na infância é uma importante fonte de desenvolvimento de sentidos. A falta de afeto, a agressão e a indiferença, bem como a comunicação de duplo vínculo e outras deformações dos relacionamentos humanos são extremamente prejudiciais para o desenvolvimento afetivo da criança. Tudo isso pode gerar agressividade, timidez e múltiplos transtornos para o comportamento infantil (p:30).

Indo ao encontro desse raciocínio, acredito que o processo comunicativo é de fundamental importância para a organização de uma estrutura familiar saudável. Se o nível da comunicação é bom, a estrutura familiar será sólida, estável e harmoniosa. Se a comunicação familiar não é de qualidade, a estrutura poderá se abalar, e afetivamente, os membros tendem a se afastar uns dos outros, com sérias e negativas repercussões na formação da personalidade da criança. A comunicação de duplo vínculo, por exemplo,

como também a presença de manifestações de afeto juntamente com atos violentos, tendem a causar extrema confusão no processo de constituição da personalidade da criança.

Nesse sentido, no processo de constituição de uma família podem desenvolver-se experiências positivas ou negativas, ou seja, de realização ou fracasso, o que pode levar a um crescimento e a uma maior integração dessas pessoas ou, ao contrário, a uma desintegração que inclui violência em sua dinâmica. Como nos coloca González Rey (2004), os pais representam modelos decisivos nos primeiros anos de vida da criança, pois são nesses anos que ela se fixa em tudo o que vê e sente nesses relacionamentos.

De acordo com Gonçalves (2003), a violência frequentemente representa, para os pais, uma via de solução para um dado conflito relacional cuja solução será escolhida no âmbito das possibilidades estabelecido pela cultura, e no limite da realidade concreta do sujeito. A questão, segundo a autora, é que a natureza do conflito nunca é levada em consideração e o limite de escolhas do sujeito raramente é nomeado. Dessa forma, a medida em que ocorre uma manifestação de violência, há uma suposição equivocada de que não existem razões para tais manifestações, não sendo sequer consideradas. Nesse movimento, os motivos que subjazem ao ato violento passam a ser atribuídos unicamente à falta de razão do sujeito (agressor).

Assim, deve-se compreender que não se trata de identificar vítima e agressor. Faz se necessário, também, conhecer a dinâmica da família, visto que esta inclui a violência em suas relações. Questiona-se, até mesmo, o fato de que uma vez retirado o agente agressor da família, uma outra pessoa venha a ocupar o seu lugar, caso as relações intrafamiliares não tenham sido tratadas. Tal questionamento justifica-se por essa

família ter a violência como mecanismo de homeostase, sendo a violência a função reguladora da família.

Eu, particularmente, não compartilho dessa justificativa, visto que não se deve enxergar a violência como uma função reguladora, mesmo que de fato esta sempre esteve presente em determinado contexto familiar, pois a violência é somente um dos processos presentes nas configurações subjetivas dessa família, sendo necessário, assim, analisar a dinâmica relacional da mesma com uma visão mais ampla e menos determinista.

Todas as famílias têm uma história familiar, articulada à história social e econômica do lugar e da época em que vivem. Histórias que ajudam a compreender sua dinâmica, comportamentos e atitudes diante da vida, dos filhos e da vitimização de suas crianças e adolescentes. Considerando que os limites sociais e familiares e os valores são construídos socialmente considera-se que a problemática da violência contra crianças e adolescentes é uma questão eminentemente cultural.

Os estudos epidemiológicos destacam os efeitos traumáticos que a violência produz sobre a criança, como a baixa auto-estima, as fobias e os pesadelos. A generalização das conclusões desses trabalhos para além dos casos que são estudados faz crer que a vítima da violência é portadora necessária de um distúrbio e, o mais importante, que o distúrbio a ser esperado é aquele que a pesquisa previamente identificou. Segundo Gonçalves (2003), essa expectativa está presente nos profissionais que trabalham junto à família e junto às crianças vítimas de violência: supondo como necessário que o abuso segue-se o trauma, os profissionais surpreendem-se quando não o encontram, esquecendo que os sujeitos têm direito à singularidade.

Histórico da violência contra a criança:

A violência contra a criança é “fenômeno onipresente com o qual se convive desde tempos imemoriais”, como coloca Gonçalves (2003) É um triste fato que durante muito tempo não recebeu devida importância, e que ainda hoje é tratado pelas pessoas e pelas políticas públicas de forma ineficiente.

A retrospectiva histórica a respeito das considerações sobre infância/adolescência nos remete a um contexto no qual o olhar da sociedade sobre eles era, inicialmente, de caráter caritativo, ou seja, assumia-se uma postura caridosa frente a elas. Pode-se citar exemplos ilustrativos como: na Grécia, onde as crianças que não poderiam ser cidadãos robustos eram mortas; em Atenas, onde o pai era dono absoluto do filho recém-nascido; na China, onde meninas, ao anoitecer, eram levadas às portas da cidade para saciar os lobos famintos; entre outros. Tais exemplos constataam que o abuso de crianças e adolescentes não recebia atenção como tal, e sim, com o intuito de corrigir o problema dos “menores abandonados/ indigentes/ delinquentes” (Ferrari e Vecina, 2002).

Diversas formas de violência contra a criança sempre existiram em diferentes lugares do mundo, como no Brasil, na Grécia, e na França, entre outros países da Europa, países do Oriente e na África. Contudo, é de suma importância entender que cada um deles se refere a períodos e lugares distintos, a culturas diversas, e têm significados que são essencialmente diferentes ou, em certos aspectos, diametralmente opostos. Baseado nos levantamentos apresentados por Ferrari (2002), pode-se destacar, a seguir, alguns fatos históricos com a finalidade de confirmar a idéia de que a violência

praticada contra crianças e adolescentes não se trata de uma particularidade dos dias atuais.

No período fenício, os moravitas e os amonitas sacrificavam crianças com o objetivo de acalmar os deuses. O deus Moloch, que tinha cabeça de carneiro e corpo de humano, possuía em seu corpo, construído em bronze, um espaço vazio que deveria ser preenchido com combustível. Quando o combustível já estava aquecido, crianças eram colocadas vivas no espaço vazio da imagem do deus, como forma de petição de clemência. O rio Nilo, localizado no Egito, foi palco de afogamento de adolescentes do sexo feminino, para que, ao transbordar, o rio fertilizasse as terras. Era afogada uma adolescente por ano.

Ainda de acordo com Ferrari (2002), em algumas civilizações gregas, as crianças que não tinham estrutura física para se tornarem robustas eram mortas. Em Esparta, os recém-nascidos eram submetidos a um julgamento, exercido pela Assembléia de Anciãos, que preservava a vida dos que considerava úteis e lançava em abismos, para servir de alimentos às feras, os que considerava inúteis. Já em Atenas, o pai era o dono absoluto do filho recém-nascido, determinando se o mesmo era digno de viver ou não. Na Palestina, acreditava-se que os deuses se acalmavam quando a fumaça da combustão das crianças era feita. O costume do *Tollere infantum*, de invocar a deusa Levana para decidir sobre a vida ou a morte de crianças, era realizado em Roma, na Itália. Na China, os homens achavam erótico ver meninas sendo mutiladas por mulheres adultas, geralmente suas próprias mães, sem contar que, a matança das crianças nesse país chegou praticamente aos dias atuais.

Segundo Santos (1987), no século XVIII o Estado passa a dar maior importância à criança na medida em que a enxerga como uma fonte de riqueza, representando uma

força de trabalho, o que fez com que a vida e a saúde delas fossem mantidas. Contudo, nessa época, a criança ainda era considerada um peso para a família.

Com o passar do tempo, a sociedade passou a preocupar-se com o desenvolvimento moral das crianças e dos adolescentes. Algumas reuniões internacionais, como as que foram realizadas em Genebra, na Suíça, e em Viena, na Áustria, nos anos de 1924 e 1952, respectivamente, visavam ao bem estar da criança. A partir desses dois encontros, define-se o dia 1º de junho como o Dia Internacional da Criança.

De acordo com Ferrari e Vecina (2002), o ano de 1960 foi marcado por um simpósio realizado nos Estados Unidos, com o lema “A síndrome da criança maltratada”, organizado por Kempe e seus colaboradores, já citado anteriormente. O simpósio teve como temática o abuso infantil, e seu sucesso foi tão grande que mobilizou a realização de uma campanha que obrigou médicos a denunciar os casos de abuso infantil, com o objetivo de despertar a consciência da população norte-americana a respeito do tema. Em 1979, foram comemorados os vinte anos da Declaração dos Direitos da Criança, tornando a data no Ano Internacional da Criança.

Porém, à proclamação da Declaração dos Direitos da Criança, em 1959, juntou-se, na década de 1960, o número cada vez maior de crianças nos serviços pediátricos dos Estados Unidos com lesões não acidentais, o que fez com que as atenções fossem voltadas para essa problemática, despertando, assim, a conscientização da humanidade.

Mas somente a partir da década de 1980 é que o abuso na infância e na adolescência passou a ser definitivamente estudado no Brasil (Ferrari & Vecina, 2002). Esse quadro passou a mudar apenas no final do século XX, com o surgimento do Bem-Estar Social que assumiu “a assistência social da criança desvalida e desviante” (p.51). Junto a isso,

a sociedade brasileira começou a incomodar-se com os maus-tratos contra crianças e adolescentes, passando a enxergá-los como problema social a ser enfrentado por todos.

Em 1990, foi promulgado então, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo homologado no dia 13 de julho do mesmo ano. “O ECA dispõe sobre a proteção integral a criança, adolescente, ou seja, estabelece o que as crianças, adolescentes, pais, responsáveis, comunidade, instituições e o Estado podem ou não fazer. Também define as conseqüências das ações/omissões contra crianças, adolescentes e daquelas cujo autor é o próprio adolescente.” (Ferrari, 2002, p.54).

Críticas às definições universais de abuso:

“...existem modos de pensamento que não podem ser adequadamente compreendidos enquanto suas origens sociais forem deixadas na escuridão.”

Karl Mannheim, *Ideologia e Utopia*

Ao falar em violência infantil, dentre todas as suas manifestações, há a tendência de se estabelecer definições, causas e conseqüências universais, no momento em que se assume um discurso determinista e reducionista, negando a subjetividade da vítima e do abusador. Contudo, tenho a intenção de desenvolver uma leitura que rompa com esse discurso, para que se possa enxergar e, se possível, compreender esse fenômeno a partir de uma visão histórico-cultural, levando em consideração a subjetividade das pessoas envolvidas.

Primeiramente, é importante que considerar a realidade de nosso país, visto que o território brasileiro é muito extenso e abrange grande diversidade econômica, geográfica, cultural e até mesmo política, nas regiões que o compõe. O fato de haver culturas distintas faz com que surjam diferentes visões e representações sobre essa temática. É fundamental compreender que o que foi ou é vivenciado por um sujeito pode ter um significado completamente diferente para outro sujeito que tenha tido experiência semelhante. Ou seja, sentidos subjetivos dados a uma mesma experiência podem ser diferentes, visto que cada sujeito é singular, não sendo nunca igual ao outro, podendo apenas compartilhar de representações simbólicas iguais.

Segundo González Rey (2004), todas as sociedades apresentam um funcionamento voltado para a manutenção de sua própria organização sócio-econômica, que é desenvolvida a partir de seus valores históricos e culturais, dentro de um sistema de normas e ideais sociais que são influenciados pela tradição, pela cultura e pelo desenvolvimento da própria sociedade.

Nesse sentido, como opina Gonçalves (2003, p. 117-118), deve-se abrir mão de definições universais do abuso, visto que um ato só se torna abusivo e só traz prejuízos para a criança se a cultura específica lhe confere significação negativa. Assim, qualquer definição universal deve antes se submeter ao crivo particular do grupo social em estudo.

Herskovits em seu livro “antropologia Cultural” (1963), discute sobre o relativismo cultural, e enfatiza o fato de que é de acordo com o ponto de vista do nativo que se deve analisar determinada cultura, não tendo como base a sua própria formação cultural. De acordo com essa visão “as avaliações devem ser relativas ao contexto cultural de que

surgem” (p. 85). O autor no seguinte trecho, no qual ele discute a respeito de sociedades que adotam a poligamia como uma prática cultural, confirma essa idéia:

Mas se considerarmos do ponto de vista dos que vivem em sociedades diferentes da nossa, torna-se clara a possibilidade de respostas alternativas baseadas em diferentes concepções do que é desejável. (p. 83)

Seguindo essa lógica, cabe citar uma pesquisa que foi realizada nos anos 70 na cidade de Karoo, na África do Sul, sobre o fato de meninas que, ao completar 5 ou 6 anos de idade, eram iniciadas sexualmente por parentes, irmãos ou pelos próprios pais. Os pesquisadores, ao nomear essa prática como agressiva e violenta, defrontaram-se com a surpresa das supostas vítimas que recusaram o rótulo. De acordo com Levett (1994 citado em Gonçalves 2003), nomear essa prática como violência sexual contra crianças causou choque e indignação nas adolescentes, visto que a noção de trauma psicológico abordada pela literatura ocidental não faz parte, de forma alguma, do cenário e realidade dessas adolescentes.

Gonçalves (2003) enfatiza essa questão especialmente quando coloca a representação que essas meninas possuem em relação à prática de iniciação sexual pelos pais, conforme o trecho abaixo:

Aos olhos daquelas meninas a iniciação sexual representa um reconhecimento da própria existência como sujeito, e abre-lhes o acesso a um conjunto de bens e favores pessoais antes inatingíveis. Suprimir essa prática equivale, para elas, a

tolher o acesso aos favores recebidos e mesmo ao mundo adulto, condenando-as para sempre à condição de crianças (p. 102).

Esse é somente um exemplo, dentre vários, que comprovam que não se deve atribuir à violência infantil uma visão universal, e sim enxergá-la dentro de sua cultura e de suas representações sociais. Também não há causas que possam ser definidas como condições necessárias ou suficientes para que o ato violento ocorra. Essa visão do fenômeno está de acordo com o “Modelo Ecológico”, conceituado por Bronfenbrenner, que enxerga o abuso como produto de múltiplas determinações, efeito de forças que atuam em conexão no indivíduo, na família, na comunidade e na cultura (Gonçalves, 2003).

O teórico emprega fundamental importância a questão cultural, e suas diferenças no que diz respeito à influência para o desenvolvimento humano, o que pode ser visto no seguinte trecho de seu livro “A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados” (Bronfenbrenner, 1996):

..dentro de qualquer cultura ou subcultura, ambientes de um determinado tipo – como as casas, as ruas ou os escritórios – tendem a ser muito semelhantes, ao passo que entre as culturas elas são distintamente diferentes. É como se dentro de cada sociedade ou subcultura existisse uma planta, um esquema, para a organização de cada tipo de ambiente. Além disso, este esquema pode ser modificado, resultando em que a estrutura dos ambientes numa sociedade pode ser nitidamente alterada e produzir mudanças correspondentes no comportamento e desenvolvimento (p. 5-6).

Bronfenbrenner atuava no campo da Psicologia do Desenvolvimento, e seus primeiros trabalhos foram aplicados à área de violência contra a criança. Com o intuito de tentar explicar a eclosão e/ou a contenção da violência, Bronfenbrenner conceituou grupos de variáveis que agiam em conexão entre si. Emery e Laumann-Billings (1998 citado em Gonçalves 2003), explicam a maneira que Bronfenbrenner conceituou esses grupos de variáveis, de acordo com o trecho a seguir:

Entre as características individuais, estão os fatores de personalidade tais como baixa auto-estima, falta de controle dos impulsos e resposta exacerbada a condições de *stress*; entre as características do contexto imediato podem ser nomeadas a estrutura familiar, o número de membros da família, eventos traumáticos vividos pelo grupo familiar e os estilos de resolução de conflitos; no contexto comunitário, a disponibilidade de recursos na região de moradia, os vínculos de vizinhança, a coesão de grupo e a exposição à violência; entre fatores sociais e culturais de peso, estão o sistema de valores e crenças tais como a valorização do castigo corporal na educação, a privatização da família e a presença da violência nos meios de comunicação (p. 114-115).

Concordo com os autores no sentido em que se deve considerar todas as variáveis que, de alguma forma, possam exercer influência, direta ou não, para a ocorrência da violência intrafamiliar, e não simplesmente atribuir tal violência a determinados traços de personalidade. De acordo com Gonçalves (2003), é sabido que alguns traços da personalidade dos pais, como depressão e ansiedade, precipitam a violência, e que algumas características das crianças, como temperamento difícil, retardo mental e

hiperatividade, contribuem para que esses jovens se tornem vítimas preferenciais do abuso. Contudo, no “Modelo Ecológico”, esses fatores não podem ser tomados como determinantes do abuso, mas sim como indutores de violência nas famílias expostas a dificuldades de ordem social, financeira ou emocional.

A partir desse raciocínio, é possível ter uma visão mais ampla da violência intrafamiliar e de suas possíveis causas. Como já dito anteriormente, antigamente o abuso era concebido como produto da personalidade doentia dos pais. Entretanto, ao se adotar uma concepção mais ampla do fenômeno, a violência passa a ser relacionada às condições gerais da vida da família, à dinâmica das relações intra e extrafamiliares e às concepções globais da sociedade sobre infância e práticas de educação e criação infantil. A violência contra a criança começa a ser contextualizada, vista em suas implicações locais e culturais (Gonçalves, 2003).

Partindo dessa perspectiva, o presente trabalho irá certamente contextualizar a violência recebida pelas crianças a serem estudadas dentro de suas implicações locais e culturais, a fim de compreender a relação da comunidade em questão e dos sujeitos com a violência. Nesse sentido, Gonçalves (2003), no seguinte trecho, mostra como a cultura exerce influência direta nas manifestações, como também, nas representações sociais e subjetivas no que diz respeito à violência:

Constatou-se que, em culturas onde a punição física é rara, o abuso de crianças é também incomum; foi verificado ainda que a atitude geral da sociedade para com a criança tem relação com os índices verificáveis de violência. De modo geral, a tolerância social para altos níveis de violência pavimentava o terreno para a ocorrência da violência familiar (p. 117).

Segundo outro discurso, que segue uma definição universal, tendendo a determinismos, é quando se diz que a criança que sofre o abuso irá se tornar um abusador no futuro. Essa colocação é denominada de “Transmissão Intergeracional da Violência”. De acordo com Gonçalves (2003, p. 145), uma das explicações para isso seria que: “o fato de a criança ter sofrido ou testemunhado atos abusivos leva-a a acreditar que medidas severas e coercitivas são parte legítima das práticas educativas, e na idade adulta lançarão mão desses recursos por acreditarem em sua eficácia”. Muitas teorias sustentam também que um dos efeitos da violência em família é a produção do jovem delinqüente.

A questão é que esses discursos negam por completo a subjetividade das pessoas que sofrem o abuso. De fato existem pesquisas que mostram que é comum a manutenção do padrão violento dentro de uma mesma família. Contudo, isso não é uma determinação, pois seguir o padrão ou não irá depender do sentido subjetivo que o individuo deu a essa vivência, e a questões sociais e culturais que irão permear sua vida e que irão constituir sua personalidade.

Subjetividade, Sentido subjetivo e Violência:

A presente pesquisa irá adotar a visão de sujeito descrita pela teoria da subjetividade proposta por Fernando González Rey, influenciada pela visão histórico-cultural desenvolvida por Vigotsky. Essa teoria fala em um sujeito singular, histórico, complexo e indivisível, que interpreta e o sentido se constitui no curso de sua experiência, agindo

continuamente no mundo, se desenvolvendo no conjunto das relações sociais do ambiente no qual está inserido. É um sujeito relacional, que valoriza suas relações com o outro. Logo, seguindo esse raciocínio, pode-se afirmar que é um sujeito que se opõe ao pensamento determinista, na medida em que é plurideterminado, não se enquadrando em um modelo mecanicista onde há uma relação direta de causa e efeito.

Particularmente, essa visão do ser humano, enquanto um sujeito capaz de dar sentido a sua própria vida, que participa da determinação de suas próprias ações e é carregado de subjetividade está de acordo com a maneira que eu enxergo o homem. E é seguindo essa idéia que iremos enxergar os sujeitos descritos nesse estudo, levando em consideração suas subjetividades individuais e sociais, permeadas pelas emoções, pelo meio social em que vivem e pela cultura na qual estão inseridos, e pela qual são influenciados e por sua vez, constituídos.

A subjetividade se constitui a partir do sentido e do simbólico social, gerado pela cultura, visto que é ela quem nos determina os valores e normas, que devem ser seguidos, e assim, se define na forma como eu transito por entre minhas experiências. Contudo, a subjetividade não se constitui somente pelos significados culturais, mas também pelo seu caráter dinâmico, emocional e simbólico. Logo, não se pode dizer que a subjetividade está apenas relacionada aos significados culturais, pois esses não carregam a emocionalidade que cada indivíduo sente por um determinado acontecimento. Nos tornamos quem somos justamente pelos sentidos emocionais que atribuímos aos valores culturais, e o sentido que esses valores tem é diferente de pessoa pra pessoa, visto que somos seres singulares.

A respeito da influência da cultura, González Rey (2005, p. 78), coloca : “Na minha opinião, trata-se de compreender que a subjetividade não é algo que aparece somente no

nível individual, mas que a própria cultura dentro da qual se constitui o sujeito individual, e da qual é também constituinte, representa um sistema subjetivo, gerador de subjetividade.” Concordo com o autor, pois acredito que os significados da cultura vão se acumulando desde muito cedo, podendo, assim, a criança organizar sua subjetividade de acordo com esses significados que geralmente são ensinados pelos adultos.

Pode-se entender o sentido subjetivo como uma unidade que integra e associa diferentes emoções aos processos simbólicos e é exatamente este aspecto que caracteriza a vida do sujeito, a subjetividade individual. Segundo González Rey (2005), a integração de elementos de sentido, que emergem ante o desenvolvimento de uma atividade em diferentes áreas da vida, denominamos configurações subjetivas. As configurações subjetivas, por serem dinâmicas, expressam o sentido das diferentes atividades sociais dos sujeitos, e são responsáveis pelas emoções envolvidas na vida do sujeito. Elas podem demonstrar as necessidades que se apresentam naquele momento, ou seja, naquela configuração.

O sentido subjetivo é fortemente influenciado pelo modo que a pessoa percebe o mundo e os fatos ocorridos, ou que estão ocorrendo ao seu redor, não se referindo somente às questões cognitivas. Segundo os ensinamentos de González Rey (2001), trata-se de uma categoria que deve ser compreendida como a origem do processo de subjetivação individual, onde são definidos os efeitos psicológicos experimentados pela pessoa diante de determinada situação ou expressão. O sentido é único e singular, logo, o sentido que se constitui na criança como resultado da violência pode variar, na medida em que ele irá expressar a experiência individual por ela vivenciada diante a situação de abuso físico, o que será influenciado pelos seus recursos subjetivos no momento de viver essa experiência.

De acordo com González Rey (2005), a emocionalidade é um aspecto essencial da produção de sentidos subjetivos, e é a expressão de uma subjetividade constituída em uma história singular que se confronta e se expressa dentro do mundo presente no qual o sujeito vive. O autor no seguinte trecho coloca a relação da emoção com o social e a cultura (González Rey, 2005):

A emoção caracteriza o estado do sujeito ante toda ação, ou seja, as emoções estão estreitamente associadas às ações, por meio das quais caracterizam o sujeito no espaço de suas relações sociais, entrando assim no cenário da cultura. O emocionar-se é uma condição da atividade humana dentro do domínio da cultura, o que por sua vez se vê na gênese cultural das emoções humanas (p: 242).

Logo, cada sujeito é constituído por uma subjetividade individual, a qual também se apresenta em todos os espaços sociais, na medida em que não existem apenas configurações subjetivas relacionadas ao sujeito e suas interações, também há as configurações produzidas nos espaços sociais onde essas relações são feitas. Esta subjetividade referente aos espaços sociais é chamada de subjetividade social.

A subjetividade social é aquela carregada por emocionalidades, representações e aprendizados dentro de um espaço social, seja este uma instituição ou um grupo. Tal subjetividade é construída através das experiências de cada membro do grupo ou instituição e da cultura que ali é inserida, linguagem, valores e normas. Podemos dizer que todos os espaços sociais em que nos encontramos possuem uma determinada subjetividade social. Nesse sentido, na constituição de toda a subjetividade individual,

estão os espaços desenvolvidos por uma determinada subjetividade social que antecedem a organização do sujeito psicológico concreto.

Assim, a subjetividade individual está sempre relacionada com o sistema de relações sociais, de forma que o sujeito e seus processos individuais se desenvolvem no contexto social. González Rey (2004) exprime a relação entre subjetividade individual e social muito claramente no seguinte parágrafo:

A subjetividade social e individual são momentos diferentes de um mesmo sistema. Ambas as instancias da subjetividade são sistemas processuais em desenvolvimento permanente que se expressão através de sujeitos concretos que se posicionam ativamente no curso deste desenvolvimento. A subjetividade não é um sistema abstrato e impessoal. Ao contrário, seu sistema é formado por sujeitos concretos e ela se constitui nesses sujeitos e eles, por sua vez, vão influenciando constantemente em sua trajetória e se configuram subjetivamente através da ação nos vários espaços da vida social (p. 145).

Assim, deve-se enxergar a violência intrafamiliar fora de um padrão determinado e reducionista, na medida em que é feita uma análise dos sujeitos estudados e suas experiências tendo por base a subjetividade, visto que são sujeitos concretos que influenciam ativamente em suas próprias trajetórias.

Problema e Objetivos:

Problema :

Estudar o sentido subjetivo que as crianças pesquisadas vítimas de violência física intrafamiliar produzem frente à experiência do abuso, buscando compreender os vários processos subjetivos que se desdobram a partir dessa relação com a violência e suas possíveis conseqüências para a sua constituição enquanto sujeito.

Objetivos:

- 1- Produzir uma maior inteligibilidade ao tema da violência infantil, quebrando com as visões universais de violência ao se fazer uma leitura mais ampla a respeito do fenômeno.
- 2- Analisar os diferentes sentidos subjetivos associados à experiência de abuso físico em crianças distintas, por meio dos estudos de caso.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA DA PESQUISA:

Fundamentação Metodológica:

No presente estudo, será adotada uma perspectiva metodológica diferenciada, da qual se costuma observar, que é baseada no pensamento positivista, a fim de que o objetivo seja alcançado, tendo em vista que para o estudo pesquisado é essencial o conhecimento sobre a subjetividade do sujeito, de forma que é pesquisado o sentido subjetivo que se constitui no sujeito frente ao que foi vivenciado por ele, para que posteriormente se possa vir a transformar as informações em uma produção teórica.

A imprevisibilidade dos fenômenos singulares é um dos aspectos que caracterizam a pesquisa qualitativa que vai contra as pesquisas realizadas pelas ciências humanas e sociais que adotam o positivismo como base, visando a uma estrutura fixa e invariável das relações, à ordem e à estabilidade constante dos fenômenos humanos.

Segundo Goldenberg (2000), um dos primeiros estudiosos a contestar o método quantitativo das ciências naturais para as ciências sociais foi Wilhelm Dilthey, e ele já dizia que não tinha como o método ser igual para diferentes ciências visto que nas ciências sociais os objetos estudados são mais complexos, pois lidam com emoções, subjetividade e valores individuais e que não poderiam ser quantificáveis como os objetos das ciências naturais. Dilthey ainda define o conceito de *verstehen* como a compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciadas.

O surgimento do qualitativo como pesquisa está vinculado ao surgimento de uma nova epistemologia que, de acordo com González Rey (2002), é capaz de alimentar

mudanças no desenvolvimento de formas de produção do conhecimento nas ciências sociais. Esta requer também “a construção de representações teóricas que permitam aos pesquisadores ter acesso a novas “zonas de sentido” sobre o assunto estudado, impossíveis de serem construídas pelas vias tradicionais” (p.7). Essas zonas de sentido, conforme González Rey (1997 citado em González Rey 2002), são as zonas do real que encontraram significado na produção teórica e que não se esgotam em nenhum dos momentos em que são tratadas dentro das teorias científicas.

Os pesquisadores que adotaram tal orientação de pesquisa deixaram de ter preocupação com a representatividade numérica dos fenômenos estudados, na medida em que passaram a buscar a compreensão acerca das pessoas pesquisadas, se propondo a dar maior atenção aos significados atribuídos às ações das mesmas, dando maior importância à compreensão do sentido dado pelo sujeito aos atos e atitudes tomados por este dentro de seu contexto social.

Seguindo esse raciocínio, há uma virada no meio científico, uma libertação do discurso científico, quando passa a ser reconhecido o papel construtivo do observador, mais especificamente o reconhecimento da função construtiva que os indivíduos possuem nas suas relações com o mundo. O conhecimento nasce de uma constante construção auto-referenciada e de suas próprias verificações (descrições), envolta em suas crenças e premissas, conforme citado por Fruggeri em Mc Namee & Gergen (1998):

A definição do conhecimento como um processo auto-referenciado, é o ponto de partida para a elaboração de um paradigma científico que não pode se sustentar na objetividade, em uma única linguagem descritiva precisa ou em uma referência

conceitual universal. Um paradigma que não separa o estudo de um objeto do estudo do sujeito que o conhece (p. 51).

A afirmativa de Fruggeri converge com a tese defendida por González Rey, no que diz respeito à objetividade, neutralidade, universalidade, linearidade, ou seja, à necessidade de romper com tais a priori. Representa uma via de produção para um novo pensar, um novo paradigma, onde a produção de conhecimento seja um processo auto-referenciado, onde não exista a necessidade de separar sujeito estudado de pesquisador, para que não ocorra a contaminação da pesquisa, base do paradigma positivista. Nessa epistemologia, pela qual este trabalho está sendo baseado, quando o pesquisador possui um vínculo com o sujeito pesquisado e está intimamente ligado de forma afetiva ao problema da pesquisa, ocorrem mais facilmente os processos de mudança e a pesquisa pode realmente acontecer de forma efetiva, tanto para o pesquisador, como para o pesquisado.

Nesse sentido, para que uma pesquisa seja qualitativa, não se deve fazer uma generalização, criando leis gerais por meio da experimentação, pois o sujeito é singular e, assim, cada atitude tomada por ele é diferente da mesma atitude tomada por um outro. Isso porque cada ação vem carregada de uma emocionalidade que é própria de cada sujeito, dentro do seu contexto social específico.

De acordo com González Rey (2002), há três pressupostos que acompanham a pesquisa qualitativa: o conhecimento ser parte de uma produção construtiva-interpretativa; o caráter interativo do processo de produção do conhecimento; e a significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento. Produzir conhecimento a partir de uma produção construtiva-interpretativa quer dizer

que o pesquisador a partir do momento em que ele dá sentido a expressões do sujeito, ele integra e constrói indicadores, promovendo uma construção teórica do sujeito, o que não poderia ser feito se os dados fossem analisados isoladamente. Porém, o pesquisador, como sujeito, também produz idéias no decorrer da pesquisa, e estas idéias são combinadas com as construções desenvolvidas ao longo da pesquisa.

A comunicação entre o sujeito e o pesquisador é a base do segundo pressuposto, que possui um caráter interativo em relação ao processo de produção do conhecimento. É por meio da interação que será estabelecida entre os dois que serão produzidas as informações, cujas significações atribuídas a elas são de suma importância.

O último pressuposto é a significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento, o indivíduo é visto dentro de sua singularidade, onde ninguém será igual a ele ao ser considerada a sua subjetividade.

A construção da informação é realizada juntamente com o sujeito e envolve a subjetividade de ambos (pesquisador e pesquisado). Na concepção de González (2002): “A epistemologia qualitativa é um reforço na busca de formas diferentes de produção de conhecimento em psicologia o que permite a criação teórica acerca da realidade plurideterminada, diferenciada, irregular, interativa e histórica que representa a subjetividade humana.” (p. 29)

González Rey (2002), explica que, ao se estudar a subjetividade dentro de uma abordagem qualitativa, não se tem como objetivos a predição, a descrição e o controle, devendo-se voltar para a elucidação e para o conhecimento dos complexos processos que constituem a subjetividade. O autor diz ainda em sua obra “Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação” (2005), que o caráter construtivo do conhecimento é uma produção humana e, a partir daí, surge o conceito

de zona de sentido que é o que dá valor ao conhecimento, possibilitando sua continuidade e a geração de zonas de inteligibilidade a partir da realidade e da transformação destas em modelos para novos conhecimentos.

Este trabalho segue a proposta de Epistemologia Qualitativa de González Rey (2005), que se baseia em uma posição construtiva-interpretativa, na qual se procura, por meio de processos de produção do conhecimento, a legitimidade da pesquisa qualitativa, e não por meio da generalização da instrumentalização da pesquisa.

A proposta da Epistemologia Qualitativa de González Rey, adotada neste estudo, corresponde às exigências epistemológicas intrínsecas a subjetividade, considerada como parte constitutiva do indivíduo e das diferentes formas de organização social. Está subjetividade, de acordo com González Rey (2002), não é um produto da cultura, mas sim uma parte constitutiva dela. Ainda segundo o autor, tal subjetividade não pode ser considerada resultado de processos externos, e sim uma “expressão objetiva de uma realidade subjetivada”. Ou seja, a subjetividade de alguma forma é expressa objetivamente, assim, há como o pesquisador perceber indicadores de sentido subjetivo no seu objeto de pesquisa, porém tais indicadores não são resultados de processos externos e sim uma expressão objetiva de sentidos subjetivos que se constituem ao longo da história de um indivíduo, de um povo ou de uma sociedade (visto que a subjetividade social não é uma mera reação aos fatos e sim uma construção carregada de uma emocionalidade que se expressa simbolicamente na cultura).

A metodologia qualitativa prioriza como técnica a conversação, na qual um diálogo aberto entre pesquisador e pesquisado objetiva a subjetividade de ambos, o que acaba por fim, contribuindo para uma construção teórica que será realizada pelo pesquisador. O processo de comunicação fortalece tanto o pesquisador quanto o pesquisado,

facilitando essa inter-relação, e promovendo a explanação real do sujeito e a produção ativa e reflexiva do pesquisador. Esse tipo de pesquisa depende da qualidade da relação estabelecida, ou seja, a qualidade do rapport (relação/ vínculo) existente entre pesquisador e sujeito pesquisado. O objetivo de tal relação é o “estudo” das configurações subjetivas do cenário subjetivo no qual o sujeito está inserido.

A partir da experiência adquirida com o trabalho desenvolvido em estágio na Instituição onde se encontram os sujeitos deste estudo, trabalho esse que explico em detalhes mais a frente, posso dizer que há uma boa relação, já há algum tempo, estabelecida entre eu e as duas crianças que foram pesquisadas e serão apresentadas a seguir. Certamente, a experiência adquirida foi fundamental para facilitar a aproximação com as mesmas, além de ter contribuído para o bom desenvolvimento de conversas que serviram como instrumento para a construção deste trabalho.

A metodologia qualitativa foi escolhida para este trabalho por esta constante troca de informações e por ter uma base na conversação, pois permite que a problemática e os objetivos desta pesquisa pudessem ter importância vital, por meio da interpretação do pesquisador e do pesquisado, podendo até mesmo promover alterações no cenário subjetivo de cada um.

Descrição dos instrumentos utilizados:

Geralmente, a utilização dos instrumentos em pesquisa é voltada para respostas objetivas do sujeito, onde se possa ter a generalização, a confiabilidade e a validade dos resultados. Porém, numa pesquisa qualitativa, o instrumento deixa de ser fonte de

produção de dados, mas sim fonte de informação sobre o sujeito em estudo, visto que a teoria nesta perspectiva deixa de ocupar lugar central, não estando o pesquisador muito preocupado com o acúmulo de dados, mas com a produção de idéias e explicações a partir dos indicadores construídos no decorrer da pesquisa.

A informação proporcionada pelo instrumento, para González Rey (2002), encontra seu sentido primeiramente no cenário do sujeito, e as construções teóricas e as idéias que se desenvolvem a partir daí que podem dar um sentido à teoria geral. A respeito do papel do instrumento o autor destaca:

O instrumento é uma ferramenta interativa, não uma via objetiva geradora de resultados capazes de refletir diretamente a natureza do estudado independentemente do pesquisador. O instrumento é suscetível de multiplicidade de usos dentro do processo investigativo, que não se limitam às primeiras expressões do sujeito diante dele (p. 80).

Os instrumentos de uma pesquisa devem possuir um sentido interativo, pois devem ter uma característica de propiciar uma conversação entre pesquisador e pesquisado. Outro fator importante a ser destacado é o de que não existe uma relação linear entre os instrumentos e a sua qualidade, pois a informação surgida nos momentos informais da pesquisa também possui validade para a construção da informação.

A ruptura com o modelo de pesquisa, baseado em uma epistemologia de estímulo-resposta, tornou necessária a formulação de uma nova epistemologia, sendo esta baseada, de acordo com Gonzalez Rey (2005), em “sistemas conversacionais”, fazendo

com que a utilização dos instrumentos de pesquisa promovesse um momento de dinâmica entre o pesquisador e o pesquisado.

Dinâmica Conversacional:

A *conversa* foi utilizada como uma via de produção de conhecimento a partir de uma relação permissiva, em que foi priorizada uma escuta diferenciada. É necessário o estabelecimento de um vínculo inicial entre pesquisador e pesquisado, para que assim se configure um cenário de forma que o sujeito possa se sentir à vontade para se posicionar diante dos instrumentos utilizados. O diálogo entre os sujeitos envolvidos na pesquisa apresenta-se como fonte geradora de conhecimento co-construído. Ou seja, a expressão singular de cada sujeito está correlacionada com a qualidade do vínculo. Sobre isso González Rey explica (2002):

O potencial de uma pergunta não termina em seus limites, mas se desenvolve durante os diálogos que se sucedem na pesquisa. O diálogo não representa só um processo que favorece o bem-estar emocional dos sujeitos que participam na pesquisa. Mas, é fonte essencial para o pensamento e, portanto, elemento imprescindível para a qualidade da informação produzida na pesquisa (p. 55).

A utilização de diferentes instrumentos na coleta de dados para a pesquisa é interessante, na medida em que permite ao sujeito seu trânsito por diversas zonas de sua experiência, a fim de estimular o aparecimento dos sentidos subjetivos. A *conversa* é um instrumento de pesquisa que permite que o pesquisado discorra sobre

as experiências vivenciadas por ele e que possa ter acesso a suas zonas de sentido que configuram seu sentido subjetivo.

A conversação permite que, por meio da expressão viva dos sentidos subjetivos do pesquisado, trechos de informações tornem-se verdadeiras construções. Entretanto, a conversação pode ser vista, segundo González Rey (2005), como “um sistema no qual os participantes se orientam em seu próprio curso e em que os aspectos significativos aparecem na medida em que as pessoas envolvidas avançam em suas relações” (p.50). Ou seja, os sentidos subjetivos dos participantes serão modificados no decorrer da pesquisa conforme cada etapa do processo, sendo determinados somente pelo que foi experienciado pelo pesquisado.

Dessa forma, eu enquanto pesquisadora, farei uso dessa conversação a fim de obter por meio da fala dos sujeitos, indicadores que me auxiliem para a construção de conhecimento dessa pesquisa. Como já existe um vínculo estabelecido entre eu e os sujeitos, e é comum que eu me aproxime deles a fim de conversar, acredito que será natural e tranqüilo a utilização dessa técnica para o andamento da pesquisa.

Completamento de frases:

Um outro instrumento que é adotado na pesquisa qualitativa, utilizado neste estudo é o *completamento de frases*. González Rey utiliza o completamento de frases como via produtora de sentidos subjetivos, onde o sujeito possa projetar seus sentimentos e emoções a partir de palavras geradoras de sentido e, assim, priorizar a “verbalização” de tais sentimentos, mesmo que de forma indireta. Por ser um instrumento flexível, permite que o pesquisador tenha acesso a aspectos gerais da subjetividade do sujeito e

da família, o que possibilita analisar questões importantes, tais como, projeção para o futuro, tendências motivacionais, e valores.

Essa técnica tem vantagem interpretativa não só pelo conteúdo, mas pelas respostas dadas e que, por vezes, podem não estar diretamente correlacionadas com a palavra geradora de sentido para aquela pessoa (informação verbal), como nos mostra González Rey (2005), no seguinte trecho:

As frases que formam o instrumento não definem seu valor pelo seu conteúdo explícito, pois, mediante cada frase, cada sujeito pode expressar, com independência, sentidos subjetivos muito diferentes daqueles que tais frases explicitamente sugerem. Por seu próprio caráter, esse instrumento coloca o sujeito diante de um universo diferenciado de frases, cujo significado deve ser produzido a partir de sua própria subjetividade (p. 58).

Assim, esse instrumento será utilizado nesse estudo como mais uma forma de se obter indicadores que possam contribuir para a produção de conhecimento, a medida em que será possível analisar cada frase, como uma forma de expressão de sentidos subjetivos constitutivos da subjetividade de cada criança.

Desenho:

O desenho foi outro instrumento utilizado nesta pesquisa, tendo em vista que é um recurso por meio do qual as crianças se expressam com mais facilidade, sendo uma via

capaz de gerar a expressão de sentidos subjetivos por um caminho diferente do caminho da palavra.

Essa técnica será utilizada nessa pesquisa através da aplicação de uma dinâmica intitulada “Este é o meu livro.”. Essa dinâmica tem por objetivo fazer com que a criança expresse por meio do desenho a representação que ela possui de sua família. Pede-se que ela preencha alguns dados pessoais, entre eles quem são as pessoas que ela considera como parte de sua família, e em seguida que ele desenhe essa família.

Sujeitos pesquisados:

Os sujeitos pesquisados são alunos da Instituição de apoio social e psicopedagógico, citada anteriormente, onde eu faço estágio há cerca de três anos. Foi devido a experiência adquirida pelo convívio com essa comunidade que surgiu o interesse de estudar e, assim, buscar compreender o tema abordado neste trabalho: o da violência infantil intrafamiliar.

O primeiro contato que eu tive com a Instituição ocorreu durante o desenvolvimento de um projeto de pesquisa voluntário, do qual fazia parte, orientado por um dos meus mestres do curso de Psicologia. O objetivo inicial do projeto era fazer um levantamento, por meio de entrevistas pré-estruturadas, das condições sócio-econômicas e culturais das famílias das crianças que faziam parte da Instituição, realizando visitas as casas dessas famílias, durante quatro meses. O contato direto com essas famílias desde já me pôs diante da realidade da violência intrafamiliar, muitas vezes presenciada por mim no momento da visita.

Cabe ressaltar que a prestimosa orientação inicial oferecida pelo meu mestre citado à cima, não pôde ter seguimento por motivos alheios a nossa vontade, culminando com a interrupção da pesquisa. Contudo, após um pequeno período, retornei à Instituição, por meio do estágio em Psicologia Social e Comunitária que realizo pelo segundo semestre consecutivo, já que é imprescindível para a conclusão de minha graduação.

Esta segunda experiência me proporcionou um contato mais direto e freqüente com as crianças, visto que o trabalho é desenvolvido na própria Instituição, e não mais na comunidade. Dessa forma, por meio das atividades realizadas com as crianças e, principalmente, pelas observações feitas por mim durante as visitas ao local, somados à experiência anterior, pude notar a enorme e triste presença da violência na realidade dessas crianças.

Os sujeitos deste trabalho são duas crianças do sexo masculino, que foram escolhidas devido ao preocupante histórico de violência intrafamiliar bastante conhecido pelos funcionários da Instituição, e também devido às observações que tenho desenvolvido no projeto de estágio e ao próprio convívio com elas. Eles foram escolhidos entre tantas outras crianças que também são vítimas da violência intrafamiliar devido a uma grande empatia que eu particularmente sentia por ambos. Confesso que não foi fácil para mim me decidir quanto a essa escolha, pois várias das crianças que lá se encontram poderiam assumir o papel de sujeito nessa pesquisa.

O primeiro sujeito foi escolhido com maior facilidade, pois já o conhecia desde o semestre passado, e tenho com ele uma relação já estabelecida, e um bom vínculo, o que acredito ser de fundamental importância para esse estudo. Já no que diz respeito à segunda escolha, permaneci em dúvida entre duas crianças durante algumas semanas, contudo, foi devido à uma experiência que tive com uma delas durante uma recreação

desenvolvida por nós estagiários com as crianças da Instituição, que fez com que eu optasse pelo segundo sujeito dessa pesquisa. Essa experiência provocou em mim uma emocionalidade, caracterizadora de sentidos subjetivos, que foi determinante pra minha escolha.

O sujeito *E.* tem nove anos de idade, atualmente cursa a 2º série primária, mora com sua mãe e um único irmão, mais novo que ele. Ele sofre violência física praticada por sua mãe. O sujeito *J.* tem nove anos completados recentemente, cursa a 2º série primária, mora com sua mãe e com duas irmãs mais novas que ele. Ele sofre violência física praticada por sua mãe.

Cenário da pesquisa:

O Projeto da Instituição surgiu em 1998, pela iniciativa do colégio La Salle e da comunidade de São Sebastião, com o objetivo de tirar as crianças das ruas. Em 1999, a paróquia Perpétuo Socorro do Lago Sul, juntou-se ao grupo e hoje administra a instituição. Inicialmente, a Promovida assistia 30 crianças. Hoje, são aproximadamente 200 crianças e adolescentes atendidos, com idades entre 6 e 14 anos, sendo cerca de 97 no turno da manhã, e 103 no turno da tarde.

Na instituição, são servidas quatro refeições diárias, sendo que em muitos casos, essas são as únicas refeições que a criança terá durante seu dia, visto que, devido à precária situação econômica de algumas famílias, não há comida em casa. São realizados também atendimentos médico-odontológicos e psicológicos semanais, com a colaboração de estudantes de graduação de Psicologia. A instituição é mantida por meio

de doações da comunidade, órgãos governamentais, e por meio de trabalhos realizados no local, como os bazares mensais e a produção e venda de biscoitos caseiros.

O local onde os sujeitos vivem, na comunidade de São Sebastião, possui historicamente uma relação preocupante com a violência, sendo que os casos de violência urbana têm aumentado cada vez mais, no que diz respeito aos homicídios, muitas vezes relacionados às brigas entre traficantes da região. É comum as crianças da instituição relatarem com naturalidade sobre os assassinatos que ocorreram no fim de semana passado, o que pode refletir a banalização da violência nessa comunidade.

A relação com a violência nessa comunidade também se reflete no interior das famílias, pois o fenômeno da violência intrafamiliar é bastante presente no local. As crianças da instituição relatam, sem receio, na maioria dos casos, a respeito da violência recebida pelos pais. Observa-se que na comunidade existe a cultura do “bater para educar” e que, muitas vezes, os pais não têm consciência do mal que podem estar causando a seus filhos, já que essa é uma das únicas formas de educação que eles possuem em seus repertórios de vida, pois foram “educados” dessa forma por seus próprios pais.

A importância do Estudo de Caso:

O Estudo de Caso é um método de pesquisa que busca por meio do estudo de experiências práticas retiradas da realidade concreta do sujeito que é pesquisado, construir informações, tendo a teoria como uma ferramenta para auxiliá-lo nesse

processo. Logo, no Estudo de Caso, é a partir da prática que a pesquisa é construída, e não a partir da teoria.

De acordo com Goldenberg (2001, p. 33), “O termo *estudo de caso* vem de uma tradição de pesquisa médica e psicológica, na qual se refere a uma análise detalhada de um caso individual que explica a dinâmica e a patologia de uma doença dada.” Partindo dessa colocação da autora, me remeto a Freud, que foi um dos precursores da utilização do estudo de caso enquanto um método de pesquisa, que fundamentou a base de sua teoria, a psicanálise, através da prática vivenciada por ele com os estudos dos casos de suas pacientes.

Moacir Palmeira em seu livro “Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste” (1977 citado em Goldenberg 2001), afirma que a observação direta proporcionada pelo estudo de caso apresenta como vantagem metodológica um acompanhamento mais prolongado e minucioso das situações. Concordo com o autor, pois acredito que de fato o estudo de caso permite que tenhamos, enquanto pesquisadores, contato direto com o sujeito, propiciando uma maior compreensão da subjetividade do mesmo.

Partindo desse raciocínio, González Rey (2004), no seguinte trecho, coloca a importância do sujeito dentro de sua singularidade para a legitimidade da informação no processo de construção na pesquisa qualitativa:

O sujeito é uma unidade essencial para os processos de construção na pesquisa qualitativa, pois a singularidade é a única via que estimula os processos de construção teórica portadores de um valor de generalização perante o estudo da subjetividade. A dimensão de sentido dos processos psíquicos requer chegar ao geral a partir da compreensão de processos e de formas de organização que

apresentem características singulares de expressão. É o estudo da singularidade que nos permite acompanhar um modelo de valor heurístico para chegar a conclusões que estão além do singular e que são inexequíveis sem o estudo das diferenças que o caracterizam (p. 113)

González Rey (2004), levanta o questionamento sobre como considerar significativas as conclusões de uma pesquisa desenvolvidas mediante um estudo de caso. Em seguida ele responde a questão afirmando que na pesquisa qualitativa a unidade de trabalho que é defendida é a qualidade dos trechos de informação produzidos, logo, as conclusões são consideradas significativas.

CAPÍTULO III – CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO:

Apresentação do Estudo de Caso I:

➤ Sujeito E:

E. tem 10 anos de idade, cursa a 2º série primária pela segunda vez (repetiu no ano passado), em uma escola pública da comunidade, sendo que ele mesmo diz que sente muita dificuldade com a escola, e as monitoras da Instituição relatam que de fato E. tem sérias dificuldades de aprendizagem, ao que elas atribuem ao comportamento preguiçoso, disperso e às vezes agitado manifestado por ele. De acordo com uma sentença escrita por ele quando da aplicação do “completamento de frases”, o mesmo coloca que sente dificuldade para pensar.

E. mora com a mãe e o irmão mais novo em uma casa humilde em São Sebastião, em uma situação miserável. A mãe é cozinheira recebendo um salário mínimo por mês. Os pais são separados já há alguns anos, e E. sofre muito com essa situação. E. está constantemente pedindo para a mãe que eles voltem a morar juntos, na mesma casa, e há alguns anos pediu que ela e o pai lhes dessem um irmãozinho, e assim a mãe o fez, engravidando de seu filho mais novo. A mãe constantemente faz comparações entre E. e seu irmão, desqualificando o primeiro em relação ao outro, e segundo a coordenadora da Instituição, E. não recebe o mesmo afeto que a mãe dispensa ao irmão mais novo.

E. demonstra uma grande agressividade em diversos momentos frente aos outros, e de acordo com ele próprio, quando fica nervoso ou com medo sente vontade de bater em alguém, dizendo em seguida que não gosta de apanhar de ninguém. Por diversas vezes presenciei E. agir de forma violenta contra algum colega, homem ou mulher, durante as atividades desenvolvidas por nós com a equipe dele, ou quando as crianças estão brincando no pátio da Instituição. Ele é visto como um dos líderes de sua turma, considerado pela Instituição como um dos chamados “aluno-problema”. Ao mesmo tempo, já o observei brincando alegremente de maneira saudável com seus colegas, demonstrando o entusiasmo natural de uma criança de sua idade diante uma brincadeira. Em outros momentos, dentro de sala, permanece calado, não participa com motivação das atividades propostas por nós e, quando me aproximo dele, diz estar bravo e que não quer conversar. Contudo, na maior parte das vezes, demonstra ser comunicativo não reclamando de fazer o que lhe é proposto.

E. é um menino que não busca por afeto e carinho de nós estagiárias, visto que a grande maioria das crianças da Instituição, independente da idade e do sexo, buscam de maneira intensa e freqüente por nossa atenção e por nosso carinho sempre que lá estamos. Em algumas situações, na tentativa de me aproximar dele, o abracei e ele não retribuiu o abraço, ficando imóvel, logo se soltando de meus braços, quando pude assim notar, que ele não se sente à vontade com o toque. Porém, em outras situações, tive a oportunidade de brincar com ele, quando demonstrou entusiasmo e satisfação com minha presença e participação na brincadeira..

Discussão dos Resultados / Unidades de Análise

Primeiro Instrumento:

O primeiro instrumento foi elaborado para que aspectos da subjetividade do sujeito E. pudessem emergir por meio dos complementos de frases, que constituiriam uma estratégia para que o sujeito pudesse se expressar. O questionário foi elaborado a partir do instrumento desenvolvido pelo professor-orientador Fernando Rey, com algumas alterações, de acordo com os objetivos dessa pesquisa.

Análise Construtivo – Interpretativo:

Unidade de Análise Um:

- 1) Eu gosto de mim porque: *eu gosto*
- 2) Eu gostaria de ser: *coroinha, bombeiro*
- 3) Eu gostaria de poder: *jogar bola*

No bloco de frases acima as sentenças se relacionam aos interesses pessoais e futuros que E. possui e almeja, como também a representação que ele possui de si mesmo, sua auto-imagem. Acredito que devido ao fato do sujeito ainda ser uma criança de 10 anos de idade, ele ainda não possui uma representação formada e clara de sua auto-imagem, sendo provável que não se questione a respeito disso, devido a pouca idade. Nesse sentido, quando ele coloca que gosta dele porque gosta, enxergo somente como uma resposta sem maiores reflexões, não sendo portadora de sentido subjetivo. Contudo, ao mesmo tempo, a resposta expressa que ele está satisfeito consigo mesmo, possuindo uma visão positiva de si.

A segunda frase está relacionada aos interesses e desejos pessoais futuros que E. almeja, o que pode expressar mais uma intenção relacionada às suas emoções, do que a uma realidade concreta. A vontade de querer ser coroinha, penso que está relacionada

ao fato de E. estar muito envolvido com o meio religioso, devido a sua mãe possuir uma formação católica e fazer parte das atividades da igreja, além do fato de trabalhar na casa do padre, como também, ser aluno da Instituição Promovida que tem por base a religião católica. Nesse sentido, é interessante questionar até onde essa vontade é legítima, e possui sentido subjetivo para E., ou se é somente um reflexo do meio religioso que ele frequenta, ou até, uma vontade de sua própria mãe, e não dele próprio.

Quanto ao desejo de ser bombeiro acredito estar relacionado à representação social que esta profissão possui em nossa sociedade, como alguém que possui poder na medida em que é capaz de salvar vidas e protegê-las. Não é possível afirmar que essas expressões estejam associadas a sentidos subjetivos, uma vez que o sentido subjetivo que isso pode representar precisa ser aprofundado por outras vias de expressão, contudo, é interessante o fato de todas elas estarem socializadas, o que pode se constituir em um indicador da presença de significados socialmente aceitos nas suas representações atuais.

A terceira frase expressa um desejo pessoal de E., que acredito ser bastante significativo, no sentido em que jogar bola para E. de fato é uma vontade legítima, visto que o futebol é seu esporte e brincadeira preferidos, atividade esta que nem sempre pode realizar, pois sua mãe não permite que brinque de bola na rua, que é onde ele mais gosta de brincar. Quando desobedece a ordem de sua mãe, ele apanha muito, sendo este um dos motivos mais frequentes que o leva a receber o abuso físico dela. Dessa forma, acredito que essa frase possui elementos portadores de sentidos subjetivos, visto que uma das coisas que E. mais gosta de fazer, muitas vezes o leva a ser punido, logo, poder jogar bola à vontade, sem apanhar, é de fato um desejo carregado de emocionalidade que E. possui.

Unidade de Análise Dois:

- 4) Eu Amo: *minha mãe*
- 5) A minha família é: *minha mãe e meu irmão*
- 6) Lar é: *legal*
- 7) Eu gostaria que meus pais: *eu gostaria que meus pais moravam juntos*
- 8) Eu gosto quando minha mãe/pai me: *deixa eu anda de bicicleta*
- 9) Eu NÃO gosto quando minha mãe/pai me: *bate, briga comigo*
- 10) Ser mãe/pai é: *é legal*
- 11) Minha mãe: *é legal*
- 12) Meu pai: *fico feliz*

No bloco de frases acima as sentenças dizem respeito a questões de cunho afetivo relacionadas à família, e mais especificamente, às representações que E. possui de seus pais. As frases são indicadoras da configuração subjetiva familiar que E. possui.

Na primeira frase, E. coloca que ama sua mãe, o que de fato pode expressar um sentimento verdadeiro, visto que independentemente da violência física que sofre de sua mãe, esta proporciona os cuidados básicos que E. necessita para viver, e é quem cuida dele, sozinha, desde seus 6 anos. Contudo, existe uma forte representação social que faz parte da subjetividade social de nossa cultura, entre várias outras, de que é preciso amar nossa mãe, e sempre respeitá-la. E junto a isso, faz-se presente a influência da religião cristã na subjetividade individual de E., que prega um enorme valor à figura materna. Não tenho a intenção de pôr em dúvida o amor que E. sente por sua mãe, contudo, acredito ser importante levar em consideração o peso dessa representação social.

Ele considera como sua família apenas sua mãe e seu irmão, excluindo seu pai, e não se incluindo na frase, o que pode ser um indicador de que não se sente parte integrante e ativa de sua família. Ao mesmo tempo em que E. não considera seu pai enquanto membro de sua família, ele expressa um desejo de que seus pais voltem a

morarem juntos, o que pode demonstrar a falta que sente de uma figura masculina e paterna dentro de sua casa, como também, a falta de seu pai em si, e de seu afeto.

Entretanto, no momento em que E. foi completar a última frase desse bloco, ele me falou que não sabia o que escrever a respeito de seu pai. Pedi, então, que ele pensasse no que vinha em sua cabeça e o que ele sentia diante da palavra “pai”. Ele ficou pensativo por alguns instantes, e falou: “Eu sinto raiva do meu pai”, perguntei o motivo, ele então, me relatou uma experiência que viveu há alguns anos: “quando eu tinha cinco anos, eu vi meu pai batendo em minha mãe, daí eu peguei uma faca e mandei ele largar ela, senão eu ia matar ele.” E. me confessou que sente muita raiva de seu pai quando lembra dessa situação, assim falei que era para ele escrever o que sentia, ele falou que achava melhor escrever outra coisa, pensou por um pequeno tempo, e enfim, completou a frase escrevendo exatamente o contrário do que havia me dito: “fico feliz”.

Esse fato é um significativo indicador dos sentidos subjetivos que E. produz em relação a seu pai, visto que existe uma produção de sentido contraditória, na medida em que existe um misto de sentimentos em relação a ele. E. decide por não escrever que sente raiva do pai, o que seria uma forma de externalizar concretamente esse sentimento, isso pode ser um indicador de que não considera correto manifestar esse sentimento pelo seu pai. Esse episódio evidencia a importância de manter a comunicação com o sujeito em todos os momentos da pesquisa, e como a expressão escrita sempre está orientada pelo socialmente positivo.

A frase de número 9 é portadora de sentidos subjetivos que E. possui quanto ao fato de receber o abuso físico de sua mãe. Ele expressa que não gosta quando sua mãe bate e briga com ele, indicando insatisfação em relação a isso.

Unidade de Análise Três:

- 13) Fico feliz quando: *quando eu saio com minha mãe*
- 14) Eu choro quando: *eu me machuco*
- 15) Eu realmente perco a calma quando: *eu estou com medo, da vontade de bate*
- 16) Quando fico nervoso (a) eu: *da vontade de bata em augem*
- 17) Eu fico muito triste quando: *quando minha mãe briga comigo*
- 18) Não me deixam:
- 19) Não gosto de: *joga volem*

As frases acima estão relacionadas à expressão de sentimentos diante de determinadas situações. E. expressa felicidade quando sai com sua mãe, o que pode estar ligado ao valor que dá à companhia da mesma, visto que não passam muito tempo juntos durante a semana devido ao trabalho dela, e as obrigações de estudo dele, como também pode estar ligado ao lazer, à satisfação de passear, sair de casa e se divertir.

As frases de números 15 e 16 se relacionam, pois expressam a vontade de agir de maneira violenta contra alguma pessoa nos momentos em que E. se sente nervoso. A forma que ele encontra para aliviar seu nervosismo é batendo em alguém. O interessante é que ele diz que quando está com medo ele perde a calma, e sente vontade de bater, o que pode indicar que ele não se sente bem com o fato de sentir medo, fazendo com que ele perca a calma, e através da violência expresse essa insatisfação.

Na frase de numero 17, E. expressa uma grande tristeza frente ao fato de sua mãe brigar com ele, o que implica, segundo sua fala, em apanhar dela, visto que as brigas estão diretamente relacionadas com o ato de bater. Nesse sentido, mais uma vez, essa frase é portadora de sentidos subjetivos relacionados às emoções que E. sente ao receber a violência física de sua mãe.

Unidade de Análise Quatro:

- 20) Eu gosto de fazer de conta que: *fica até tarde na televisão*
- 21) Secretamente eu: *com raiva.*
- 22) Eu tenho medo de: *escuro*
- 23) Para afastar o medo eu: *fico com a minha mãe*

As frases do bloco acima expressam o uso da imaginação de E., como também, sentimentos e ações que ele executa frente ao medo. O interessante desse bloco está na frase de número 21, onde E. coloca “com raiva” em relação ao que ele faz secretamente. Pedi para que ele me explicasse o que ele estava querendo dizer com essa frase, ele me explicou que fica com raiva de sua mãe quando ela bate nele, mas que tem que ser escondido, pois se ele demonstrar a ela que não gostou de ter apanhado, ela bate mais: “eu fico com raiva quando eu apanho da minha mãe, mas escondido. Na frente dela eu não mostro que estou bravo. Vou pra um canto, espero passar a raiva, e volto com outra cara na frente dela.” Essa raiva contida, associada a um sentimento de impotência podem ser elementos de emoções que alimentam o sentido subjetivo de sua agressividade.

Esse relato é um indicador que E. não pode ser sujeito frente ao abuso que sofre, visto que não pode agir ativamente demonstrando à sua mãe a raiva e tristeza que sente dela quando ela lhe inflige a violência, tendo que esconder essas emoções para que não sofra o abuso novamente.

Unidade de Análise Cinco:

- 24) Meu maior desejo é: *galha um vide gaime*
- 25) Meu maior problema é: *brinca sem se com forsa*
- 26) Sinto vontade de: *quando augem me chinga me da vontade de bate*
- 27) A coisa que mais me preocupa atualmente é: *quando minha mãe esta doente e o meu irmão*
- 28) A violência é: *feia*
- 29) Sinto dificuldade para: *pensa*
- 30) Na escola: *eu estudo e brinco*

31) Quais são as 3 maiores alegrias e as 3 maiores tristezas da sua vida?

Alegrias:

compra biscoito

Tristezas:

levo um tombo

As frases acima estão construídas em termos de desejos, dificuldades e preocupações, sentimentos positivos e negativos de sua experiência, e a respeito da representação que E. possui sobre a violência. A frase de número 24, onde E. expressa que seu maior desejo é ganhar um videogame, demonstra um desejo idealizado de um bem material que devido à sua condição socioeconômica lhe é restringido. A frase 31 é um indicador de uma realidade miserável que o sujeito E. vive, tendo em vista o enorme valor atribuído a um biscoito, pois ele considera a obtenção do mesmo como uma das maiores alegrias de sua vida.

Na questão 27, E. expressa uma grande preocupação com sua mãe e seu irmão quando escreve que o que mais o preocupa atualmente é que eles fiquem doentes. Isso é um indicador de que existe sim, afeto por parte de E. em relação à sua mãe e seu irmão, entretanto, levando em consideração o fato de que são somente os dois quem E. considera como membros de sua família, é natural que ele se preocupe com um possível adoecimento deles, pois isso pode representar, também, um medo de que ele tenha de ficar sozinho, sem família.

Na frase de número 25, o sujeito me explicou que o que ele quis dizer é que ele não consegue brincar sem, em algum momento, agir com força física, e que ele considera isso um problema. Já em outra sentença ele coloca que quando alguém o xinga ele sente vontade de bater na pessoa, e logo adiante, E. escreve que a violência é feia. Esses dados mostram que ao mesmo tempo em que o sujeito não se sente bem em fazer uso da

força em suas brincadeiras, ele sente necessidade de bater diante de alguma ofensa, e junto a isso, ele classifica a violência como algo feio.

Pode-se levantar a hipótese de que E. não considere o bater como uma forma de violência, o que pode estar relacionado ao fato de esse tipo de violência ser natural em sua realidade, principalmente dentro de sua própria casa, fazendo com que ele não enxergue sua mãe como uma pessoa violenta. Seguindo esse raciocínio, me questiono até onde a agressividade e maneira violenta de E. agir em várias situações, e a vontade de bater nas pessoas quando está nervoso, ou quando recebe alguma provocação, não é simplesmente um reflexo de um comportamento dotado de sentidos subjetivos constituintes de sua subjetividade, apreendido por ele dentro de sua casa, e dominante do espaço social em que vive?

Ao mesmo tempo, acredito que essa postura do sujeito seja uma forma de externalizar a raiva e a tristeza que sente em relação à violência física que sofre de sua mãe, o que pode confirmar o que havia colocado anteriormente, que é comum fazer uso da violência para combater um outro ato violento. Assim, nota-se que a dinâmica familiar do sujeito esta permeada por esse tipo de violência, contudo, não se pode deixar de considerar o enorme peso e influência da cultura existente nessa comunidade. Uma cultura que em parte acredita que é necessário bater para educar.

E. me confessou que ele, junto com alguns amigos, gosta muito de brincar de “*porradinha*” *sic*, e que esta é uma de suas brincadeiras prediletas. Brincar disso consiste basicamente em um bater no outro, sem um objetivo maior, e sem regras, simplesmente bater. Esse fato, juntamente com o que já foi exposto acima, se configura como mais um elemento que expressa que a violência física de fato faz parte da

realidade do sujeito, e que este se sente bem ao manifestar a agressividade que possui quando age de maneira violenta diante dos seus colegas.

Segundo Instrumento:

O segundo instrumento foi elaborado por uma ex-orientanda de monografia do professor Fernando Rey, com a orientação da professora Izane Menezes para a sua pesquisa de campo, e foi modificada de acordo com os objetivos deste trabalho.

Análise Construtivo – Interpretativo:

A dinâmica, “Este é o meu livro”, pedia para escrever o nome, a idade, a escola onde estuda, quem são as pessoas de sua família, e por fim, fazer um desenho de sua família. O sujeito E. na sentença para escrever quem é sua família, escreveu somente: “minha mãe e meu irmão.”, não se incluindo, o que é um elemento que pode estar expressando que ele não se sinta parte, sujeito ativo, de sua família. Ele não incluiu seu pai como parte de sua família, e nem o desenhou.

E. desenhou, com alguns detalhes, sua casa, que de acordo com sua fala é exatamente daquele jeito. Ao término do desenho, notei que ele não havia desenhado as pessoas, somente a casa, e perguntei: “*E onde está sua família?*”, ele me olhou com uma expressão assustada, e disse: “*É mesmo né....ah! deixa pra lá!*”, insisti mais uma vez para que ele desenhasse e, então, ele disse: “*tá..vou desenhar bem aqui...no cantinho.*”. E assim o fez, desenhando de uma maneira bem primária, sua mãe, a si próprio e seu irmão, em ordem de tamanho. Os três estão sorrindo no desenho, contudo,

pode-se dizer que é um desenho bem estereotipado, comum entre crianças que não possuem facilidade para desenhar.

O desenho é uma das formas de expressão simbólica em que os sentidos subjetivos podem aparecer, mas para isso precisa ser uma via de expressão da pessoa. Nesse sentido, o fato de E. ter em um primeiro momento concluído o desenho sem representar as pessoas de sua família, poderia ser uma expressão das dificuldades de sua integração afetiva na família, mas isto é apenas um indicador que precisamos acompanhar por outras vias de expressão.

Terceiro Instrumento:

O terceiro instrumento consiste na Dinâmica Conversacional. Essa conversa se deu no consultório de psicologia existente na Instituição, em um momento onde estávamos somente eu e o sujeito E., em que ele estava fazendo a dinâmica, “Este é o meu livro”, um dos instrumentos utilizados nessa pesquisa. Enquanto ele preenchia as questões e desenhava, conversamos sobre suas experiências com sua família, sua mãe e o abuso físico que sofre.

Iniciei a conversa perguntando o que ele faz quando está em casa, então ele me contou que assiste à televisão e brinca com seu irmão mais novo. Em seguida perguntei se além de brincar eles também brigam, ele riu, e respondeu: “*Brigamos muito!*”. Assim, o questionei sobre o que sua mãe achava de os dois brigarem, ele respondeu: “*Ela briga comigo e me bate.*” Perguntei se ela batia sempre nele, ele respondeu que sim. Prossegui perguntando por quais outros motivos, além desse, a mãe batia nele, ele

respondeu: *“Ah! Por várias coisas...quando eu faço coisa errada.”*, que segundo ele, coisa errada é fazer bagunça.

E. me contou que um dos motivos que leva sua mãe a bater muito nele é quando ele joga seu irmão no berço, assim pedi que ele me explicasse como isso acontecia, ele falou: *“É que eu durmo na mesma cama com minha mãe, e o meu irmão dorme no berço do lado, aí quando tá frio minha mãe coloca ele entre agente, eu não gosto...daí pego ele e joga de volta no berço.”* O questionei, então, sobre o porque dele não gostar de dormir junto ao seu irmão, ele enfaticamente respondeu: *“Por que não gosto.”*

Nesses trechos de informação aparecem elementos referentes à dinâmica familiar de E., que envolvem o abuso físico que ele recebe de sua mãe. A fala de E. sobre a questão do irmão dormir junto a ele e sua mãe, expressa elementos portadores de sentidos subjetivos que ele atribui à relação existente entre os três. Quando ele diz que: *“(...) minha mãe coloca ele entre agente (...)”*, e afirma que não gosta disso, ele pode estar indicando um sentimento de ciúmes que sente de seu irmão em relação à sua mãe, caracterizando sua emocionalidade diante dessa relação.

Pedi para que E. me falasse das formas que sua mãe utilizava para lhe bater, ele então respondeu, relatando o que sente e mencionando um episódio em que apanhou: *“Ah...com o chinelo...ela sai correndo atrás de mim pela casa toda, e só pára até me pegar”, “Dói...fica até marcado...teve uma vez que minha mãe me deu uma surra porque eu joguei uma panela no chão.....ela me deu um murrão nas costas.....chega eu cai no chão de dor!”*. Enfim, lhe perguntei *“E o que você sente quando sua mãe te bate?”*, ele confessou *“Fico com muita raiva....e triste...mais com raiva do que triste. E aí sinto vontade de bater no meu irmão.”* Assim, quando o questionei se ele batia no irmão, ele relatou que por uma ocasião em que sua mãe havia lhe *“metido a porrada”*

sic, ele revidou dando um tapa em seu irmão, e que então, sua mãe lhe bateu ainda mais, o que fez com que ele nunca mais agisse dessa maneira.

Mais adiante na conversa, perguntei a E. se sua mãe também batia em seu irmão, ele falou que somente quando ele insiste em ficar perto do fogo do fogão. A vontade que o sujeito manifesta de agir com violência em relação a seu irmão, nas vezes em que ele recebe o abuso físico de sua mãe, juntamente com o fato deste não ser vítima da violência da mãe tanto quanto E., são elementos portadores de sentidos subjetivos constituintes da subjetividade do sujeito, que ao se ligarem reforçam a possibilidade de que E. sinta ciúme de seu irmão com sua mãe. Esse ciúme pode significar que E. se sinta menos valorizado por sua mãe que seu irmão, o que seria, então, um dos motivos que o leva a querer descontar a raiva que sente em seu irmão, como consequência do abuso recebido.

Diante do relato de E. até então, lhe perguntei: “*E você fala para a sua mãe que você não gosta que ela te bata?*”, ele falou que não, pois se ele demonstra à sua mãe que não ficou satisfeito, ela fica ainda mais brava, e lhe bate mais, e diz que ele não deve reclamar pois merece receber a surra. Assim, E. conta que depois que apanha, vai para um canto, sem que a mãe o veja, espera que a raiva passe, para poder aparecer na frente de sua mãe “*com outra cara*” *sic*.

Com o intuito de verificar se há a existência de afeto em sua relação com a mãe, lhe perguntei: “*E quando sua mãe não está brava, como ela é com você?*”, ele respondeu: “*boa*”, continuei, “*Mas ela é carinhosa?*”, ele então falou: “*Só quando agente tá doente....ai ela cuida de mim e do meu irmão.*”. Essa fala expressa elementos que indicam sentidos subjetivos existentes na forma como se constitui a configuração familiar para E.. A fala do sujeito em que relata que somente quando ele e/ou seu irmão

se encontram doentes, é quando recebem afeto (carinho) de sua mãe, é um indicador de que a doença para E. está associada ao afeto, e que este, por sua vez, não faz parte do cotidiano de sua família.

Continuei a conversa perguntando a respeito de seu pai, ele me contou que este saiu de casa quando E. tinha seis anos de idade, devido a um relacionamento com outra mulher “(...) *ele arrumou outra mulher...e foi pra Bahia com ela, fez um filho nela, mas ela morreu no parto (...) o filho ficou lá e meu pai voltou pra cá*”. Disse que atualmente seu pai mora na casa de uma irmã, também em São Sebastião, e que só vai visitá-lo uma vez ao mês. E. falou que achava bom quando seu pai morava em sua casa, e que gostaria que ele voltasse a morar com eles. Perguntei se seu pai batia nele enquanto moravam juntos, ele respondeu: “*não, meu pai nunca me bateu...só minha mãe.*”

O fato de E. relatar que nunca recebeu violência física de seu pai, e que gostaria que ele voltasse para casa, são elementos portadores de sentido subjetivo que possui em relação a seu pai, que expressam a falta que ele sente da figura paterna dentro de casa, como discutido anteriormente.

Foi possível perceber de acordo com a análise dos instrumentos que a agressividade para o sujeito E. é um recurso subjetivo com o qual ele enfrenta emoções diferentes, inclusive o medo, estando presente em suas várias formas de expressão. No sentido subjetivo de sua agressividade pode estar a sua dificuldade em se sentir acolhido, o que lhe gera um impedimento para estabelecer contacto com outras pessoas, o que pode ser caracterizado como uma das conseqüências para a sua constituição enquanto sujeito.

Apresentação do Estudo de Caso II:

➤ Sujeito J:

J. tem nove anos de idade, cursa a 2º série primária pela segunda vez (repetiu a série no ano passado), em uma escola pública da comunidade, demonstrando grande dificuldade em relação ao aprendizado, estando em processo de alfabetização, possuindo uma leitura bastante fraca e a escrita quase que inexistente, e de acordo com uma sentença escrita por ele em um “completamento de frases”, coloca que sente dificuldades na escola.

J. mora com a mãe e com duas irmãs mais novas que ele, em uma casa bastante humilde na comunidade de São Sebastião, a mãe é empregada doméstica e ganha menos que um salário mínimo por mês. A mãe há alguns anos sentiu-se obrigada a fugir do pai de J., mudando-se de Minas Gerais para Brasília, por que o marido a estava ameaçando de morte.

O sujeito J. apanha da mãe quase todos os dias, de várias formas, e em vários lugares de seu corpo como mostra sua fala: “ah..de tudo...de chinela, de cinto, com a mão ou o pé...o que tiver..., e às vezes é na cabeça, na mão..ah...em todos os lugares..”. De acordo com a opinião da irmã religiosa, coordenadora da Instituição, os motivos que o levam a sofrer o abuso físico da mãe é devido à bagunça, e pelo fato de J. ser bastante atrevido, respondendo e enfrentando a mãe.

J. é um menino comunicativo, extrovertido, bagunceiro, e está sempre rodeado de amigos, e participando de alguma brincadeira. Como o sujeito E., J. também é visto como um dos líderes de sua turma, e está sempre envolvido nas brigas mais sérias ocorridas no grupo, demonstrando agressividade e se comportando de forma violenta em relação aos seus colegas em algumas situações. Nas atividades desenvolvidas em

sua equipe, ele participou com motivação no que foi proposto, sem reclamar. J. demonstra ser afetuoso e carinhoso, retribuindo o carinho que lhe faço, e de acordo com a evolução de nosso vínculo e de nossa aproximação, tenho notado que cada vez mais ele se sente mais à vontade com a minha presença.

Discussão dos Resultados / Unidades de Análise

Primeiro Instrumento:

O primeiro instrumento foi elaborado para que aspectos da subjetividade do sujeito J. pudessem emergir por meio dos “complementos de frases”, que constituiriam uma estratégia para que o sujeito pudesse se expressar.

Análise Construtivo – Interpretativo:

Unidade de Análise Um:

- 1) Eu gosto de mim porque: *por que eu gosto de brincar*
- 2) Eu gostaria de ser: *um policial*
- 3) Eu gostaria de poder: *brincar*

No bloco de frases acima as sentenças se relacionam aos interesses pessoais e futuros que J. possui e almeja, como também a representação que ele possui de si mesmo, sua auto-imagem. Quando J. coloca que gosta de si porque “gosta de brincar”, acredito que ele está simplesmente expressando o valor que ele atribui à brincadeira, o que é natural para uma criança de sua idade, o que pode ser confirmado na frase de número 3, quando ele escreve que gostaria de poder brincar.

Em relação aos interesses e desejos futuros de J., ele coloca que gostaria de ser um policial. Esse desejo é um indicador de sentidos subjetivos, podendo estar relacionado à

representação social que essa profissão possui em nossa cultura, visto que é um profissional que é dotado de poder, e muitas vezes, respeitado, ou melhor, temido pelos outros. Há também, a visão de que o policial protege contra os “bandidos”. Pode-se levantar a hipótese de que além do peso dessa representação social, J. almeje se tornar um policial devido ao fato de que este assume o papel daquele que não pode ser agredido, e sim, aquele que irá combater a agressão. Nesse sentido, ele estaria protegido da violência física, e de qualquer outro tipo de violência, o que não é uma realidade, mas pode fazer parte do imaginário de J..

Unidade de Análise Dois:

- 4) Eu Amo: *minha mãe*
- 5) A minha família é: *uma família boa*
- 6) Lar é: *um casa bom*
- 7) Eu gostaria que meus pais: *fossem bonzinho*
- 8) Eu gosto quando minha mãe/pai me: *quando minha mãe me dá algo bom*
- 9) Eu NÃO gosto quando minha mãe/pai me: *bata*
- 10) Ser mãe/pai é: *minha família*
- 11) Minha mãe: *é legal*
- 12) Meu pai: *e bom*

No bloco de frases acima as sentenças dizem respeito às questões de cunho afetivo relacionadas à família, e mais especificamente, às representações que J. possui de seus pais. As frases são indicadoras da configuração subjetiva familiar que ele possui.

Analiso a primeira frase seguindo o mesmo raciocínio que estabeleci com o sujeito E., de que, quando J. escreve que ama sua mãe ele de fato pode estar expressando um sentimento verdadeiro, por ser ela quem sempre cuidou dele, independentemente da violência física que dela recebe freqüentemente. Ainda assim, levanto a questão do peso da representação social, que faz parte da subjetividade social de nossa cultura, entre várias outras, de que é preciso amar nossa mãe, e sempre respeitá-la. Logo, é

interessante que se analise o amor que J. diz sentir por sua mãe, considerando que essa representação pode estar presente na constituição subjetiva do sujeito, influenciando na configuração de sentidos que J. possui em relação à sua mãe e a figura materna. Mesmo assim percebe-se menos tensão em suas respostas que no caso de E..

As frases de números 7, 10 e 11 são indicadoras de que possa haver uma produção contraditória de sentidos em relação à configuração subjetiva que J. possui de seus pais, o que é natural, visto que toda produção de sentidos é contraditória. J. escreve que sua mãe é legal, e seu pai é bom, e ao mesmo tempo diz que gostaria que seus pais fossem bonzinhos. É importante ressaltar que J. não lembra de seu pai, pois conviveu muito pouco com ele, e não o vê desde que era muito novo, logo, o sentido subjetivo que J. atribui ao pai pode estar relacionado ao que ele acredita que o pai seja, e não a uma visão real e concreta do mesmo. Essa contradição pode indicar que J. de maneira geral possui uma visão positiva de sua mãe, mas que gostaria que ela fosse “boazinha” no que diz respeito às punições que dela recebe por meio do abuso físico.

A frase de número 9 expressa a insatisfação que J. possui frente à violência física que recebe de sua mãe, sendo indicadora de sentidos subjetivos relacionados a ela. Na frase de número 8, J. escreve que gosta quando sua mãe lhe dá algo bom. Pedi para que ele me desse um exemplo do que seria “algo bom”, então me listou uma série de itens materiais, o que pode ser um indicador de que são somente coisas materiais que J. espera receber de bom de sua mãe, e nada de cunho afetivo e emocional.

Unidade de Análise Três:

- 13) Fico feliz quando: *minha mãe não mi bate*
- 14) Eu choro quando: *alguem me bati*
- 15) Eu realmente perco a calma quando: *quando mi batem*

- 16) Quando fico nervoso (a) eu: *choro*
- 17) Fico muito triste quando: *quando minha mãe não me dá coisa*
- 18) Não me deixam: *nada*
- 19) Não gosto de: *briga*

As frases acima estão relacionadas à expressão de sentimentos diante de determinadas situações. Esse bloco de frases é bastante significativo quanto aos sentidos subjetivos associados à violência física em J.. O sujeito diz perder a calma quando alguém lhe bate, ficando nervoso, e por fim chorando. Diz ficar feliz quando sua mãe não lhe bate, e que não gosta de brigar. Essas colocações são indicadoras de que a violência física está presente na realidade de J., dentro e fora de sua casa, e que ele não se sente bem com ela, independentemente de quem a pratica contra ele. Ainda assim, ressalto que nas formas de expressão de J. pode-se perceber menos agressividade que nas de E..

Unidade de Análise Quatro:

- 20) Eu gosto de fazer de conta que: ...
- 21) Secretamente eu: *sim nada*
- 22) Eu tenho medo de: *cobra*
- 23) Para afastar o medo eu: *não sei*

As frases do bloco acima expressam o uso da imaginação de E., como também, sentimentos e ações que ele executa frente ao medo. Na frase de número 21, J. pediu pra que eu lhe explicasse o que era para escrever, uma vez que ele não havia entendido. Perguntei se havia alguma coisa, ou mais de uma coisa, que ele fazia escondido, sem que ninguém soubesse, ele pensou por alguns instantes e escreveu “sim”. Perguntei se ele não gostaria de colocar o que era, ele falou que não, e em seguida, escreveu “nada”. O que demonstra que ele não se sentiu à vontade de externalizar o que sente ou faz secretamente.

Unidade de Análise Cinco:

- 24) Meu maior desejo é: *um bicicleta*
 25) Meu maior problema é: *nada*
 26) Sinto vontade de: *nada*
 27) A coisa que mais me preocupa atualmente é: *nada*
 28) A violência é: *não poti briga e robar, é ruin*
 29) Sinto dificuldade para: *escola*
 30) Na escola: *goto di istudar*
 31) Quais são as 3 maiores alegrias e as 3 maiores tristezas da sua vida?
 Alegrias:
 promovida
 Tristezas:
 os menino mi batem

As frases acima estão construídas em termos de desejos, dificuldades e preocupações, sentimentos positivos e negativos de sua experiência, e a respeito da representação que J. possui sobre a violência. Quando J. coloca na frase de número 24, que seu maior desejo é ter uma bicicleta, ele demonstra tanto um desejo idealizado de um bem material, que devido à sua condição socioeconômica não lhe é de fácil obtenção, como também, uma vontade natural de criança.

O sujeito não tem nenhuma preocupação e não considera que tenha problemas, o que pode ser real, visto que é uma criança que ainda não exerce uma postura reflexiva frente à vida e as dificuldades que esta nos impõe, ou pode também ser uma maneira de negar algum sofrimento que ele sente, mas não podemos afirmar nada quanto a isto.

Em relação à representação que J. possui a respeito da violência, é interessante observar o momento em que ele afirma que a mesma é algo ruim, e que não se deve roubar e nem brigar. Se nos remetermos à frase de número 19, logo acima, veremos que ele coloca que não gosta de brigar, o que pode ser um indicador de que ele não gosta da violência e que considera que o ato de brigar é uma forma de violência. A partir desse raciocínio podemos levantar a hipótese de que ele saiba que quando sua mãe briga com

ele, o que implica abusar fisicamente dele, ela está agindo de forma violenta contra ele, o que ele considera ruim.

Segundo Instrumento:

O segundo instrumento foi elaborado por uma ex-orientanda de monografia do professor Fernando Rey, com a orientação da professora Izane Menezes para a sua pesquisa de campo, e foi modificada de acordo com os objetivos deste trabalho.

Análise Construtivo – Interpretativo:

A dinâmica, “Este é o meu livro”, pedia para escrever o nome, a idade, a escola onde estuda, quem são as pessoas de sua família, e por fim fazer um desenho de sua família. O sujeito J., na sentença que deve escrever quem é sua família, ele se incluiu, ao contrário do sujeito E., colocando o nome dele, de sua mãe e de suas duas irmãs.

J. desenhouno detalhadamente sua casa, me explicando como ela era, e colorindo com as cores que ela é na realidade. Contou-me como era sua casa por dentro, e o que havia nela. Terminou o desenho de sua casa, e então o questioneei: “*Ué, mas onde está sua família?*”, ele respondeu : “*Aqui dentro.*”, perguntei se ele não gostaria de desenhar as pessoas de sua família no verso da folha, e ele respondeu que não queria, enfaticamente.

Como já dito anteriormente, o desenho é uma expressão simbólica que pode refletir sentidos subjetivos de quem desenha. O fato de J. não ter desenhado as pessoas de sua família, mesmo com a minha insistência, pode indicar que o desenho não representa uma via de expressão simbólica que lhe permita expressar sentidos subjetivos. Isso

pode estar associado a uma provável falta de estimulação para o desenho em sua infância.

Terceiro Instrumento:

O terceiro instrumento consiste na Dinâmica Conversacional. Essa conversa se deu no consultório de psicologia existente na Instituição, em um momento onde estávamos somente eu e o sujeito J., em que ele estava fazendo a dinâmica, “Este é o meu livro”. Enquanto ele preenchia as questões e desenhava, conversamos sobre suas experiências com sua família, sua mãe e o abuso físico que sofre.

A conversa foi iniciada com o mesmo assunto com o qual dei início à conversa com o sujeito E., perguntando o que ele faz quando está em casa. J. me contou que assiste à televisão, e que os seus programas prediletos são os desenhos. Em seguida comentei que ele morava com sua mãe e suas duas irmãs, ele confirmou e, então, perguntei onde estava seu pai, ele respondeu: “*Em Minas Gerais.*” Assim, contou-me que ele morava em Minas com sua mãe e seu pai, e eles vieram para Brasília e o pai permaneceu lá. Como já foi revelado anteriormente, sabe-se que o motivo que fez a mãe a se mudar para Brasília foi devido às ameaças de morte que ela recebeu do pai de J. Contudo, tenho a impressão que J. não possui conhecimento claro desse fato, visto que quando ele se mudou de Minas, era muito novo, e caso tenha presenciado alguma ameaça, provavelmente as lembranças não são conscientes.

Perguntei a J. se ele lembra do pai, dando continuidade à conversa, quando me respondeu: “*Não...conheço ele só pela fotografia que tem..*”, e, então, o questionei se gostaria de conhecê-lo, ele respondeu que sim. De acordo com a fala de J. a respeito de

seu pai não há elementos que expressem que ele possua uma visão negativa do pai. Esse trecho da conversa não possui elementos suficientes para que levantemos hipótese a respeito dos sentidos subjetivos de J. relacionados a seu pai. Contudo, o desejo que J. expressa de conhecer seu pai pode ser um indicador de sentido subjetivo que evidencia a presença de emocionalidade que J. sente pela figura paterna, o qual revela mais um fato cultural ou uma necessidade gerada pela própria falta, e que tem na sua base as expectativas e representações culturalmente associadas à figura do pai. Ainda assim, acredito que esses sentidos refletem em maior grau o imaginário constituído de desejos e expectativas frente a uma figura paterna, do que a uma realidade concreta vivenciada por ele junto ao pai.

Dei prosseguimento à conversa introduzindo a figura de sua mãe no assunto, J. me contou que devido ao trabalho dela como diarista em residências durante o dia, eles só se encontram à noite. Em seguida perguntei: “*Ela briga muito com você?*”, ele respondeu dizendo que ela briga muito, então, perguntei qual era a forma que ela brigava, ele falou que batendo. Assim, perguntei ainda: “*E porque ela bate?*”, ele disse: “*Quando eu faço coisa errada*”, que segundo a fala dele é “*(...) xinga...responder...ela me bate também quando eu bato nas minhas irmãs*”. De acordo com o sujeito, o motivo mais freqüente que o leva a bater em uma de suas irmãs, a mais velha delas, é porque esta deita na cama dele para assistir à televisão, e J. diz não gostar, agindo de maneira violenta para que ela saia de sua cama.

Em vista desse relato, questionei J. a respeito do que sua mãe faz quando ele bate em sua irmã, ele respondeu: “*Ela vem e me bate*”. “*E como ela bate?*”, questionei, ele relatou: “*Bate forte...com cinto ou sandália*”, assim, ele me falou que dói muito quando apanha e que sempre chora, como ilustra a seguinte fala “*Dói muito...eu choro (...) eu*

sempre choro, fico triste”, J., então, disse que é muito ruim apanhar. Esses relatos possuem elementos que indicam a presença de sentido subjetivo na medida em que J. caracteriza sua insatisfação e a tristeza que sente frente à violência física que recebe de sua mãe, e que esse tipo de violência faz parte da dinâmica relacional de sua família, atuando como uma das formas de comunicação existente nesse contexto.

Diante da afirmação de J. sobre achar ruim apanhar, eu o confrontei com a seguinte pergunta: “*Se é ruim apanhar, porque você bate nos seus colegas?*”, ele respondeu dizendo que é porque eles batem nele e ele, então, revida. “*E resolve?*”, perguntei, ele respondeu: “*Mais ou menos...eu fico com menos raiva*”. Esses trechos da conversa, somados à forma como ele age com sua irmã para solucionar o incômodo que sente de deitar-se em sua cama, representam um indicador de que J. faz uso da violência como forma de demonstrar sua insatisfação em determinadas situações, e que a manifestação desta proporciona certo alívio da raiva que sente.

J. me disse que não fala pra sua mãe que não gosta que ela lhe bata, porque senão ele irá apanhar mais. Por fim perguntei: “*E quando sua mãe não está brava com você, como ela é?*”, “*calma*”, ele respondeu. “*E quando ela está calma, ela é carinhosa com você?*”, perguntei, ele então, sem olhar nos meus olhos, abaixando a cabeça respondeu: “*Não*”. Essa fala do sujeito, unida à expressão que ele transmitiu diante da pergunta, por mim observada, são elementos indicadores de sentido subjetivo que caracterizam sua emocionalidade diante da falta de afeto de sua mãe em relação a ele. Assim, constate-se que não existe a presença de afeto juntamente com a violência física.

Foi possível verificar que a agressividade para J. é um recurso subjetivo que ele produz diante de determinadas situações, principalmente para retribuir alguma agressão. Entretanto, nota-se que em J. esse recurso mostra-se menos expressivo que no sujeito

E., pois ao mesmo tempo em que a violência está presente em sua dinâmica relacional, seja na família ou fora dela, J. demonstra ser um menino carinhoso. Ao contrário de E., J. não tem dificuldades para expressar afeto, o que não quer dizer que não possua essa carência, visto que não o recebe em casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho visou promover uma maior inteligibilidade do fenômeno da violência intrafamiliar adotando uma visão crítica às definições universais do abuso, como também, analisar os diferentes sentidos subjetivos atribuídos à experiência do abuso físico vivenciado por duas crianças de famílias distintas.

Nestas considerações finais será feita uma síntese crítica sobre o tema investigado na pesquisa, relacionando-a as hipóteses levantadas e aos indicadores estabelecidos nas construções das informações a respeito dos dois estudos de casos focalizados, assim como, promover uma abertura no diálogo entre os profissionais que trabalham junto às crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar.

Por meio das leituras feitas e dos estudos desenvolvidos sobre o tema, reforcei a idéia que já possuía, enquanto pesquisadora e pessoa, de que a violência deve ser vista dentro de suas implicações sócio-culturais, e que é preciso muito cuidado ao se tratar desse assunto, para que não se enquadre a violência intrafamiliar e suas vítimas dentro de um padrão universal, negando a influência do meio social e da subjetividade, tanto de quem recebe o abuso, quanto dos próprios abusadores.

Infelizmente, constatei que a grande maioria dos estudos e dos livros que tratam desse tema adota uma visão reducionista do fenômeno, ao estabelecer conseqüências deterministas e universais às vítimas da violência intrafamiliar, seja ela física, sexual ou a negligência. Assim, é negada a diversidade cultural e a capacidade de subjetivação das vítimas diante desta experiência. Foi possível verificar, também, a enorme incidência desse fenômeno em nossa população, que de acordo com o meu ponto de

vista, é uma triste realidade que necessita de maior atenção por parte do estado e da sociedade.

As crianças dessa pesquisa não são casos isolados, visto que de acordo com a minha experiência de estágio desenvolvida na comunidade que elas vivem, a violência intrafamiliar é uma constante, e é parte constituinte da subjetividade social dessa cultura, onde o agredir fisicamente é tido pelos pais como uma das formas de educação. No entanto, pôde-se observar, por meio de alguns relatos de pais, obtidos em atividades desenvolvidas na Instituição, onde realizo estágio de formação, que a educação que eles aplicam em seus filhos, vem da educação que receberam de seus próprios pais quando eram crianças, logo, eles perpetuam a violência que a eles foi infligida. É importante levar em consideração que existe uma carência de informações e de oportunidades, devido à realidade sócio- econômica em que vivem, sendo a violência física uma das poucas alternativas que eles encontram para educar seus filhos. Dessa forma, a pesquisa foi desenvolvida a partir da cultura particular da comunidade em questão.

Os estudos de caso evidenciaram que nas famílias dos sujeitos pesquisados a violência física está presente como forma de punição e de educação. Nos dois casos o abuso é praticado pelas mães, sendo que em nenhuma das duas famílias o pai está presente, logo, não existe o referencial de uma figura paterna e masculina. E esta falta se evidenciou, nas duas crianças, enquanto indicador de sentidos subjetivos, nos momentos em que elas demonstraram emocionalidade quando se referiram os seus respectivos pais.

A dinâmica familiar de cada uma das crianças é constituída em boa parte pela violência física, visto que a agressão não é somente infligida da mãe para com os sujeitos, mas também, destes contra seus irmãos e irmãs. Além do âmbito familiar, a

violência física se faz presente nos relacionamentos que os sujeitos possuem com seus colegas. A agressão é comumente praticada por eles contra os amigos, em forma de revide a alguma provocação, como também, em forma de brincadeira. Foi possível constatar que os dois sujeitos possuem uma significativa agressividade, fazendo uso desta sempre que contrariados.

A questão é que não se pode afirmar que esse comportamento agressivo é uma consequência direta e exclusiva do abuso que eles recebem de suas mães. Acredito que existem vários fatores que exercem influência direta ou não, na agressividade dos sujeitos. A falta de afeto materno relatadas por eles é, de acordo com o meu ponto de vista, uma variável que contribui para esse comportamento. Os dois relataram que não recebem afeto suficiente das mães, e que se sentem muito tristes quando apanham delas. Logo, o sentido subjetivo atribuído à experiência do abuso é carregado de sentimentos como a tristeza e a raiva.

De acordo com o que foi levantado diante de alguns pontos de relatos e frases dos sujeitos, verificou-se que eles possuem sentidos negativos a respeito da violência de forma geral, contudo, não têm clareza a respeito do abuso que sofrem, apenas um dos sujeitos considera o ato de brigar enquanto um tipo de violência. A pesquisa mostrou que o fato das crianças serem vítimas desse tipo de violência dentro de seus lares não implica claramente na produção de sentidos negativos delas em relação às suas mães, contudo, também não foi observada na fala dos sujeitos uma valorização das mesmas.

Não foi verificado qualquer tipo de indício de comportamentos anti-sociais não condizentes com a realidade cultural dos sujeitos, visto que a violência física nesse contexto se naturalizou, não sendo assim, considerada como um comportamento anti-social. De acordo com as observações realizadas por mim, enquanto pesquisadora, as

duas crianças não têm problemas em se relacionar com outras pessoas, e são comunicativas, somente o sujeito E. que possui dificuldades para expressar carinho. Contudo, possuem sérias dificuldades de aprendizagem, porém, não se pode atribuir esse déficit somente como uma consequência do abuso recebido, mas, principalmente, ao ensino falho por elas recebido, visto que estudam em escolas públicas da comunidade, e que estas não suprem as necessidades educacionais dos alunos.

A violência intrafamiliar deve ser entendida como um fenômeno multideterminado e, para ser compreendido, deve ser estudado a partir de seus fatores antecedentes, onde e como ocorreram o abuso, os comportamentos familiares, os impactos da história de vida e as condições atuais dentro do contexto social.

Diante dessa realidade que foi apresentada, acredito que há necessidade de se buscar novas estratégias, novos tipos de mecanismos do ponto de vista psicossocial, cultural e de sobrevivência, que contribuam realmente para a inclusão social, como, por exemplo, na ênfase às políticas sociais e ao acesso a elas. Devem ser adotadas outras formas de enfrentamento que não revitimizem crianças e adolescentes: ações mais efetivas e eficazes de prevenção, denúncia e combate à violência intrafamiliar, por meio da conscientização de pais, familiares, profissionais, mídia e sociedade sobre os riscos e possíveis consequências para a saúde emocional das vítimas.

O papel do psicólogo é intervir para que o indivíduo compreenda a si mesmo. Seu olhar e escuta são insubstituíveis, consistem suas ações em fazer avaliação diagnóstica, a partir de uma macroanálise para compreender em que contextos esse comportamento ocorre. Também é importante o acolhimento e entrevista da vítima, entrevista com a família, observação dos sintomas e comportamentos. Em suma, facilitar a promoção à saúde, garantindo os direitos fundamentais dos indivíduos, visando à sua saúde mental.

Qualquer tipo de violência pode causar sérios danos à vida psíquica da vítima, pois implica em prejuízos à saúde, aos desenvolvimentos físico, psicológico, sexual e social que podem ficar impressos no sujeito para o resto da vida, dependendo do sentido que ele atribui aos abusos recebidos e à sua capacidade de subjetivação diante dessa experiência.. Por isso, a recomposição após a violência, por meio de algum tipo de tratamento psicológico, seja a psicoterapia ou trabalhos em grupo, é de suma importância, tanto para a vítima quanto para o agressor.

A violência é a ação ou omissão destinada a prejudicar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outras pessoas, por meio de intimidação, rejeição, depreciação, discriminação, manipulação, ameaça, direta ou indireta, humilhação, isolamento, desrespeito e punições exageradas ou qualquer outra conduta que implique prejuízo e danos aos aspectos psicológicos e aos desenvolvimentos físico, sexual e social.

Diante de uma suspeita ou confirmação de violência ou acidente contra a criança ou o adolescente, várias condutas deverão ser tomadas, considerando sempre o aspecto multidimensional da violência. É preciso olhar para a criança e o adolescente visando a minimizar os efeitos da violência sofrida, com respeito, por meio da escuta terapêutica, visando à sua saúde física e psicológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Maria de Fátima. (2020). Violência e Abuso Sexual na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.7, n.2, p. 3-11.
- AZEVEDO, Maria Amélia (1993). “Notas para uma teoria crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes”, in *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo, Cortez.
- Bronfenbrenner, Urie. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados* / Urie Bronfenbrenner; trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese – Porto Alegre : Artes Médicas.
- Ferrari, D.C.A. & Vecina, T.C.C. (2002). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora.
- GARCIA, Márcia Cavalheiro (2020). Teorias e técnicas do atendimento social em casos de violência intrafamiliar na infância e na adolescência. In: FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VENCINA, Tereza Cristina. *O fim do silêncio na violência familiar: Teoria e Prática*. São Paulo, 2002
- GONÇALVES, Hebe Signorini (2003). *Infância e Violência no Brasil*. Rio de Janeiro, NAU Editora.
- GOLDENBERG, Miriam (200). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- GUERRA, V.N.A (1998) *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez.
- HERSKOVITS, M. J. (1963). Antropologia Cultural. 1º edição, São Paulo-SP, Mestre Jou.
- McNAMEE, Sheila e GERGEN, Kenneth (1998). *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- MINAYO, C.M.S. (1994) *A violência social sob a perspectiva da saúde pública*. *Cadernos de saúde pública*, Rio de Janeiro, 10 (supl. 1) : 7-18.
- MITJÁNS, A. Martinez & MATHIAS, L. Simão, (orgs.) (2004) *O outro no desenvolvimento humano: diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

República Federativa do Brasil (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990.

REY, González Fernando (200). Pesquisa Qualitativa – Caminhos e Desafios. São Paulo-SP, Editora Pioneira Thompson Learning, 2.

REY, González Fernando; Personalidade (2004). Saúde e Modo de Vida. São Paulo-SP, Editora Pioneira Thompson Learning.

----- (2003). Sujeito e Subjetividade. São Paulo –SP, Editora Pioneira Thompson Learning.

- ----- (2005). Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

----- (2004) O social na Psicologia e a Psicologia Social a emergência do sujeito. Petrópolis RJ: Ed. Vozes.

Santos, Hélio de Oliveira (1987). Crianças Espancadas. Campinas, SP: Papirus.

SOUSA E SILVA, Maria Amélia (2002). Violência contra crianças – quebrando o pacto do silêncio. In FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VENCINA, Tereza Cristina. O fim do silêncio na violência familiar: Teoria e Prática. São Paulo, 2002

APÊNDICES

ANEXOS